

CONIMBRIGA



INSTITUTO DE ARQUEOLOGIA



VOLUME LII • 2013

FACULDADE DE LETRAS
UNIVERSIDADE DE COIMBRA

JORGE DE ALARCÃO

*Professor catedrático aposentado da Faculdade de Letras de Coimbra
Investigador do Centro de Estudos em Arqueologia, Artes e Ciências do Património
jorge.alarcao@gmail.com*

PEDRO C. CARVALHO

*Professor auxiliar da Faculdade de Letras de Coimbra
Investigador do Centro de Estudos em Arqueologia, Artes e Ciências do Património
pedrooak@gmail.com*

JOSÉ LUÍS MADEIRA

*Técnico Superior do Departamento de História, Estudos Europeus, Arqueologia
e Artes da Faculdade de Letras de Coimbra
madmad@uc.pt*

MARCOS OSÓRIO

*Arqueólogo do Município do Sabugal
Investigador do Centro de Estudos em Arqueologia, Artes e Ciências do Património
arkmarcos@hotmail.com*

O TEMPLO ROMANO DE ORJAIS (COVILHÃ) E A SUA BACIA DE VISÃO

THE ROMAN TEMPLE OF ORJAIS (COVILHÃ) AND ITS VIEWSHED

“Conimbriga” LII (2013) p. 67-128

RESUMO: Raciocinando sobre os dados recolhidos nas escavações do templo romano de Orjais (Covilhã), os autores reconstituem, em planta, alçados e axonometria, o aspecto que teria o santuário. Discutem a que divindade(s) seria consagrado. Fazem uma reconstituição cartográfica da área que seria visível a partir do templo – e que alcançava cerca de 25 km para vários lados. Interrogam-se depois sobre se a área de visão corresponderia, ou não, a uma *civitas* – e esta reflexão condu-los a uma discussão sobre o controverso pro-

blema da localização dos *municipia* mencionados na inscrição da ponte de Alcântara, CIL II 760.

PALAVRAS CHAVE: Orjais (Covilhã, Portugal); Templos romanos; Arquitetura romana; CIL II 760.

RÉSUMÉ: Les auteurs, raisonnant sur les données de la fouille du temple de Orjais (Covilhã, Portugal), présentent une restitution du sanctuaire : plan, élévation, axonométrie. Le temple principal aurait été consacré à Juppiter, mais il y a des témoignages (y compris épigraphiques) d'un temple secondaire consacré à une divinité indigène, Bande. On propose, sur représentation cartographique, la vue sur le paysage environnant qui auraient ceux qui se tiendraient sur la terrasse du temple. On discute aussi si le territoire qui était visible à partir du temple pourrait correspondre à une *civitas* – ce qui conduit les auteurs à reprendre le problème de la localisation des *municipia* qui ont participé à la construction du pont d'Alcantara et qui sont mentionnés dans l'inscription CIL II 760.

MOTS CLÉS: Orjais (Covilhã, Portugal); Temples romains; Architecture romaine; CIL II 760.

ABSTRACT: The Roman temple of Orjais (Covilhã, Portugal) is here presented in restored plan, elevation and isometric view. Besides the main temple, consecrated to Iuppiter, it seems there was another to the native divinity Bande. The viewshed from the temple is suggested with the aid of maps. A discussion is undertaken on the possible correspondence of the visible area with a *civitas* – and this discussion leads to a reexamination of the geographical position of the *municipia* mentioned in the inscription CIL II 760 on the famous bridge of Alcántara.

KEY WORDS: Orjais (Covilhã, Portugal); Roman temples; Roman architecture; CIL II 760.

O TEMPLO ROMANO DE ORJAIS (COVILHÃ) E A SUA BACIA DE VISÃO

A descoberta do templo e as escavações

Situado na encosta da serra da Estrela, sobranceiro a um amplo vale por onde corre o Zêzere, o templo romano de Orjais (Covilhã) foi posto a descoberto em 1980, quando a Junta de Freguesia procedia à abertura de um caminho de acesso à serra, numa zona – junto à capela de Nossa Senhora das Cabeças – onde a encosta apresenta um declive mais acentuado (ALARCÃO, 1993: 37). Na sequência de uma informação enviada à Direcção-Geral do Património Cultural, este edifício foi classificado (assim como o “Castro de Orjais”) como “imóvel de interesse público” (Decreto nº 26 A/92 de 1 de Junho). Em 2001, no quadro de um Plano Nacional de Trabalhos Arqueológicos e com o patrocínio da Região de Turismo da Serra da Estrela, o templo foi objecto de sondagens arqueológicas, tendo sido logo publicados os primeiros resultados (CARVALHO, 2003). A intervenção então efectuada, não obstante se ter resumido a algumas sondagens de diagnóstico, permitiu recuperar informação relevante, servindo também de suporte ao estudo que agora apresentamos.

Os trabalhos de escavação e limpeza levados a cabo em 2001 possibilitaram quer a identificação de novos alinhamentos estruturais do edifício, quer o levantamento pormenorizado da estrutura do templo posta a descoberto em 1980. Ao mesmo tempo, recuperou-se um lote de materiais significativos e registou-se uma sequência estratigráfica composta por três grandes fases de ocupação do lugar.

Uma primeira fase é denunciada pela presença de níveis estratigráficos cortados por alguns dos muros do templo ou sobre os quais assentavam algumas das suas estruturas. A análise estratigráfica mostrou claramente que estes apresentavam uma cronologia de depósito anterior à construção do edifício romano. Os materiais contextualizados

nesses níveis também o demonstraram, uma vez que as cerâmicas recolhidas são sobretudo feitas à mão, para além de se encontrarem ausentes deste lote peças claramente romanas. Não se observaram, porém, indicadores cronológicos mais precisos, face à inexistência de materiais que, pelas suas particulares características distintivas, possam ser vinculados a uma fase específica desse período “pré-romano”. Merece todavia particular referência a presença de um fabrico que se destaca dos demais por apresentar pastas beges, bem classificadas nos calibres finos, e superfícies decoradas mediante bandas horizontais pintadas de cor vermelha ocre, para o qual existem alguns paralelos em regiões limítrofes.

Seja como for, a presença destes níveis, contendo materiais com estas características, mostra que o local conheceu uma ocupação anterior à construção do templo, podendo estar relacionada com a suposta ocupação proto-histórica do cabeço (o designado “Castro de Orjais”) que se ergue, sobranceiro ao templo, a cerca de 100 m de distância. Como antes se propôs (CARVALHO, 2003 e 2007), o local do templo romano até poderá corresponder a um anterior espaço de culto ao ar livre, situado no exterior do referido povoado, tendo esse espaço sagrado sido apropriado em época romana, mantendo assim idênticas funções. A razão da escolha deste lugar específico (algo inusitado) para construir o templo poderá encontrar-se precisamente nessa sacralidade ancestral – espaço sagrado anterior que, como antes também se defendeu (CARVALHO, 2003 e 2007), perdeu e continuaria a mostrar-se no recinto do templo romano mediante a manutenção de um afloramento granítico saliente (não desbastado) incorporado no ângulo dos muros A e B da nossa FIG. 3 e representado por uma mancha na nossa FIG. 1. A ampla visibilidade que se tem a partir deste local também poderá explicar a escolha do sítio em tempos mais recuados, pré-romanos.

Os níveis estratigráficos relacionados com o período romano não foram muito expressivos. Praticamente nada se observou que pudesse documentar tanto a fase de ocupação como a de abandono do local. Processos pós-deposicionais intensos, originando sequências estratigráficas muito curtas, subtraíram os níveis depositados aquando da presença romana no local. O templo terá sido desmantelado, os silhares e demais elementos arquitectónicos terão sido carregados e reutilizados noutras construções. O terreno também foi em parte rapado numa época recente. Do processo de roubo e reutilização da pedra do templo só restou, em certos alinhamentos, aquela derradeira fiada que lhe serviu

de alicerce. E foi associado precisamente a esses caboucos que identificámos alguns níveis estratigráficos formados aquando da construção do templo. Enchimentos de valas de fundação e aterros para nivelamento do espaço (e sobre os quais correriam depois os níveis de circulação) possibilitaram o achado de materiais (escassos) passíveis de datação. Foi com base nesses materiais contextualizados, nomeadamente em alguns fragmentos de sigilata hispânica, que se atribuiu uma cronologia de finais do séc. I d. C. (flaviana ou pós-flaviana) ao edifício (CARVALHO, 2003). Nestes níveis, como material datável, registou-se também cerâmica de paredes finas, pertencente a taças – com decoração de areia – possivelmente do tipo Mayet XXXVII (habituais em contextos de meados do séc. I d. C. ou já da segunda metade do mesmo século). Mas talvez a construção possa inscrever-se já em época de Trajano, atendendo a outros indicadores cronológicos sugeridos ou intuídos para algumas obras públicas neste interior norte da Lusitânia. Seja como for, ainda que se trate de uma datação provisória, carecendo de um conjunto de dados cronológicos mais expressivos que só poderá resultar da continuidade das escavações no local, a construção do templo de Orjais, face ao observado, não parece ser anterior ao período flaviano.

Relacionado com esta fase de construção do templo merece ainda destaque o próprio desvelo que o processo construtivo revela. Com efeito, em escavação foi possível registar o modo rigoroso como as valas de fundação foram abertas no substrato rochoso e o seu interior preenchido – primeiro, por uma fiada de pedras facetadas, mesmo sendo alicerce, e depois, por terra e pedra miúda a ocupar o espaço sobrance; ou ainda o cuidado com que a rocha foi desbastada onde era necessário e como os espaços vazios foram criteriosamente preenchidos com pequenas pedras imbricadas para poderem suportar convenientemente as plataformas de circulação.

Numa das sondagens (E.2) registaram-se ainda claros indícios que documentam estratigraficamente uma terceira fase de ocupação do local. Os fragmentos cerâmicos observados, formando um lote muito homogéneo em termos de fabrico, caracterizados pelas pastas e superfícies cinzentas, de composição micácea, dando forma nomeadamente a alguidares (com bases planas alargadas), por vezes decorados mediante aplicação de cordão plástico digitado, inscrevem esta outra fase no período alto-medieval. Observado novamente este conjunto cerâmico, à luz das investigações mais recentes efectuadas na região, parece-nos agora provável que algumas destas peças se inscre-

vam nos sécs. IX/X-XI (TENTE, 2010 e 2012). Fabricos com características semelhantes foram observados à superfície no cabeço sobranceiro ao templo romano, parecendo assim denunciar uma ocupação alto-medieval do local. Estes indicadores, aliás, remetem para uma outra problemática que começa a ser trabalhada nesta região em torno da serra da Estrela: a provável presença, a partir dos sécs. VI-VII, de novos centros de representação do poder, que ocupam lugares destacados e expostos na paisagem, por vezes nas imediações de anteriores capitais de *civitates* (como poderá ser o caso dos Castelos Velhos, junto à Póvoa do Mileu – Guarda), podendo ter funcionado como eventuais residências de potentes cujo poder assentaria na capacidade de cobrança fiscal e nos elos de ligação que manteriam com o poder régio (MARTÍN VISO, 2008; TENTE, 2012).

Na sondagem E.2 (não concluída na intervenção de 2001) e na área contígua, encostada à parte lateral sul do *podium*, poderão encontrar-se – sob estes depósitos stratigráficos alto-medievais – os níveis de época romana que documentem a ocupação do local. A área desta sondagem, onde a potência stratigráfica é maior, constitui uma zona preferencial para escavação futura, e talvez aí se possam vir a encontrar testemunhos mais completos da ocupação deste espaço.

A reconstrução do templo

A reconstrução que apresentamos do templo de Orjais, partindo de alguns elementos seguros, quer no que respeita à planta, quer no concernente às cotas, envolveu, como vai ver-se, muitas deduções. Ainda que fundamentadas, tais deduções conduziram a uma reconstrução que devemos considerar hipotética e não inteiramente segura. A planta da FIG. 1, que assinala os muros visíveis à data de 2001 e os que foram postos a descoberto na intervenção arqueológica realizada nesse ano, deixa entender que novas escavações poderão proporcionar elementos susceptíveis de fundamentarem melhor ou corrigirem a nossa reconstrução.

Pode perguntar-se por que razão não foram prosseguidas as escavações e por que motivo não esperámos por elas. Não será prematura a reconstrução que aqui apresentamos? Não teria sido preferível aguardar por novas intervenções no terreno?

A falta de financiamento por parte de autoridades locais, regionais

e nacionais explica que se não tenham feito outras campanhas de escavação depois de 2001. Publicando uma reconstituição com os dados atualmente disponíveis, esperamos que a grandiosidade do conjunto monumental de Orjais, tornada aparente pelas imagens que apresentamos, possa contribuir para que aquelas autoridades se decidam a financiar novos trabalhos, primeiro, de escavação, e depois, de algum restauro ou de obras que permitam a apresentação, ao público, de um dos mais curiosos exemplos de arquitetura religiosa romana em Portugal. Na Beira Interior, o templo de Orjais somar-se-á aos de Idanha-a-Velha e de Almofala (Figueira de Castelo Rodrigo) – estes com características diferentes por serem templos forenses. O templo de Marialva (a capital dos *Aravi*), também forense, e do qual subsistem consideráveis restos, aguarda igualmente o interesse das autoridades e financiamento que permitam estudá-lo e apresentá-lo ao público.

Se novas escavações em Orjais poderão vir a corrigir em pormenores a imagem que aqui apresentamos, a severidade dos raciocínios com que, a pouco e pouco, fomos reconstituindo a arquitetura deste santuário deixa-nos esperar que esses futuros trabalhos não alterarão substancialmente o que aqui propomos.

O que a nós mesmos se afigura mais problemático ou duvidoso é a existência (ou não) de um segundo templo, menor e situado a uma cota inferior à do templo principal. Abaixo justificaremos a nossa proposta. Será que novas escavações virão confirmá-lo? Será que temos de suprimir o segundo templo e de reconhecer que, em Orjais, houve um só templo e não dois? A estas perguntas só novos trabalhos poderão responder. Ou talvez nem novos trabalhos possam esclarecer-nos, porque a área em que se situaria o segundo templo pode achar-se revolvida a ponto de nada subsistir do que poderá ter existido. Às vezes, porém, mesmo quando nem sequer se conservam alicerces, simples cortes artificiais na rocha permitem imaginar o que terá existido – ou, pelo menos, confirmar que alguma coisa existiu.

Subsiste, razoavelmente conservado, o pódio do templo. Dos lados ocidental e norte, ainda se mantêm as molduras da base e do topo do pódio, que desenham duplas gargantas, uma reversa da outra (FIG. 8).

A cota da base do pódio é de 658,25 m e a do topo, 660,80 m. Adoptamos o zero da Carta Militar de Portugal na escala 1: 25 000, isto é, o zero do marégrafo de Cascais.

A diferença entre as duas cotas é de 2,55 m. Se déssemos ao pódio a medida redonda de 9 pés romanos de altura, isto é, 2,65 m (0,295 m

x 9 = 2,65 m), deveríamos ter, partindo dos 658,25 m da base, o topo do pódio a 660,90 m. A diferença para a cota observada de 660,80 m parece-nos, na prática, irrelevante, e explicável por ligeiro erro nosso ou dos construtores romanos (ou pelas duas razões ao mesmo tempo). Talvez, com medidas tomadas em outros pontos da base ou do topo do pódio alcançássemos a medida rigorosa dos 9 pés romanos.

A largura do templo, medida pelo exterior dos muros da cela, é de 7,69 m (FIGS. 2 E 3) – o que corresponde, com mínima diferença de 0,02 m, a 26 pés romanos. Infelizmente, não se observou nenhum alinhamento que, de forma inequívoca, possa corresponder à fachada. Se admitirmos que o templo tinha, de largura, a proporção canónica de 2:3 do comprimento, este seria de 39 pés, isto é, 11,54 m. A esta distância da retaguarda da cela (também com mínima diferença, segundo as nossas medidas, de 0,05 m) (FIGS. 2 E 3) observam-se duas pedras que, bem colocadas, com a cota de 658,29 m, podemos supor serem alicerces da fachada. Reconstituímos, pois, um templo com 39 pés de comprimento por 26 de largura.

Não observámos nada que nos permita decidir entre um templo *in antis* ou um templo tetrastilo. Tendo optado, na nossa reconstituição, pela primeira hipótese, não podemos excluir a ideia de quatro colunas na fachada.

Não se conhecem capitéis ou fragmentos de capitéis nem fragmentos de entablamento. É indeterminável, pois, a ordem arquitectónica do templo. Junto da capela de Nossa Senhora das Luzes (Orjais) encontra-se uma base de coluna (FIG. 8) que facilmente podemos admitir corresponda a ordem jónica. Adoptámos por isso esta ordem como tendo sido a do templo – e na reconstituição do alçado observámos as proporções vitruvianas da ordem jónica.

Ao vestíbulo do templo demos 1:4 do comprimento da cela. Talvez em novas escavações possa encontrar-se algum vestígio de alicerce do muro dianteiro da cela.

Uma escadaria frontal desceria a um terraço (Terraço B nas Figs. 2 e 3). Conserva-se, completo, o alinhamento correspondente ao muro A, que delimitaria, a sul, esse terraço. A cota máxima observada nesse muro é de 657 m. Facilmente admitiremos que esse muro separava o Terraço B, do Terraço A. Na nossa reconstituição demos ao primeiro a cota de 658,25 m, correspondente à base do pódio do templo, e imaginámos um gradeamento (que poderia ser de madeira) três pés romanos acima desse nível (FIGS. 5 E 6).

Temos assim uma diferença de 2,55 m entre a cota do Terraço A e a cota do topo do pódio ou base do templo. A escadaria frontal do templo venceria essa diferença. Nesta escadaria (como nas demais do santuário) optámos por degraus de 2:3 do pé (=0,196 m) de altura e 1 pé (0,295 m) de largura (ou profundidade). Esta última medida é normal. Na altura dos degraus, a variedade é grande nos monumentos romanos. Com igual legitimidade poderíamos ter adoptado, por exemplo, 3:4 do pé (=0,221 m) ou até medida superior ao pé romano. Talvez novas escavações permitam encontrar, em qualquer ponto do santuário, dados que nos dêem a medida exacta da altura dos degraus. Temos de ter presente, porém, que a medida não era necessariamente igual em todas as escadarias do santuário.

Adoptando, para os degraus da escadaria frontal do templo, a medida de 0,196 m de altura e 0,295 m de piso, e observando a regra de subir com o pé direito tanto o primeiro degrau como o último, demos treze degraus à escadaria, considerando que o último corresponderia ao patamar do vestíbulo (FIG. 7). Isto conduz-nos a uma escadaria com 2,55 m de altura e 3,54 m de comprimento. Adoptando esta medida, achamos uma pequena diferença de cerca de um pé romano entre o cimo da escadaria e a suposta linha de fachada do templo. As colunas ficam assim ligeiramente recuadas relativamente ao último degrau. Esta diferença não invalida a nossa reconstituição, pois são numerosos, na arquitectura religiosa romana, os exemplos de colunas de fachada ligeiramente recuadas relativamente ao topo das escadas.

O muro A, que delimitava o Terraço B, prolonga-se, para a direita e para a esquerda, além das fachadas laterais do templo; e, do lado ocidental, é manifesto que fazia um cotovelo em ângulo recto (muro B) (FIGS. 2 E 3).

Se o alinhamento do muro B é perfeito, as pedras do muro C, mais irregularmente dispostas, parece-nos corresponderem ao alicerce de um outro muro que lhe seria paralelo. Imaginamos assim, do lado ocidental, um acesso em cotovelo, que teria correspondência simétrica do lado oriental.

Por estas escadarias simétricas descia-se ao Terraço A.

Conserva-se em grande extensão o muro D, que constituía o limite do santuário. É feito de bons silhares, almofadados, de granito local – material que, aliás, foi utilizado também no pódio e, possivelmente, em toda a construção. As pedras almofadadas (FIG. 9) não poderiam deixar de ser visíveis: não se usaria este aparelho em alicerces. Assim, a cota

de 654,58 m destas pedras seria superior ao terreno fronteiro já fora do santuário. O terreno é hoje em declive, descendo de oriente para ocidente, e por ele corre um caminho. Não sabemos como seria na época romana.

Não temos dados seguros para fixar a cota do Terraço A. Em frente da escadaria que imaginamos do lado oriental, temos três pedras que talvez não tenham sido deslocadas. Numa delas registámos a cota de 654,95 m (FIG. 2). Se admitirmos que o pavimento do Terraço A ficava sensivelmente a essa cota, teremos 3, 30 m de diferença entre o Terraço A e o Terraço B. Dando 0,196 m de altura a cada degrau, teríamos pelo menos 16 degraus para vencer a diferença. Distribuímos esses degraus da forma que as Figs. 2 e 3 ilustram.

No terraço A imaginámos o altar sacrificial. Facilmente, porém, o podemos imaginar no Terraço B.

Resta-nos justificar a proposta de um segundo templo, mais pequeno e a cota mais baixa.

O muro D continua-se, a ocidente, para além do que seria a caixa de escada entre os muros B e C (FIG. 2). Por outro lado, duas pedras, bem posicionadas (isto é, que nos parece estarem na sua posição original), com a cota de 653 m, ficam ainda mais a ocidente (FIG. 2). Isto deixa-nos supor que havia, deste lado, algo mais. Infelizmente, uma prospecção geofísica, feita na área onde poderia estar o segundo templo, revelou anomalias mas não permitiu identificar, de modo claro e inequívoco, a presença de muros.

Assenta a nossa ideia de um segundo templo em dois dados para além daquele prolongamento da construção a que acabámos de referir-nos.

O primeiro é a existência de uma base de coluna, de perfil e módulo diferentes dos daquela outra base de que nos servimos para sustentar a ideia de um templo principal de ordem jónica. Essa outra base, que ilustramos na FIG. 8, encontra-se no museu da Covilhã e supõe-se que foi recolhida em Orjais. Chegámos a admitir que poderia integrar-se num pórtico cuja colunata assentaria no muro D, mas abandonámos a ideia por não vermos onde passaria o muro de retaguarda desse eventual pórtico e porque ele, a ter existido, prejudicaria gravemente a visão que teria do santuário quem se aproximasse dele, subindo o monte. Esta base de coluna de diferente módulo é todavia frágil suporte da nossa hipótese de segundo templo, até porque a atribuição dela a Orjais não pode considerar-se acima de qualquer suspeita: não há registo seguro da sua proveniência.

O nosso segundo argumento assenta numa suposição que também não é sólido fundamento. Em Orjais encontraram-se duas aras consagradas a *Bande Brialeacus*. Dificilmente admitiremos que o templo de Orjais, de concepção tão clássica e tão monumental, fosse consagrado àquela divindade indígena. Como sustentaremos no apartado seguinte, o mais provável é que fosse consagrado a Júpiter. Nesse caso, as aras a *Bande* poderão ter sido consagradas num templo secundário?

A sugestão (ou proposta) que fazemos de um segundo templo assenta, como se vê, em argumentos que não podemos considerar decisivos. Esperaremos por novas escavações que permitam confirmá-la ou, pelo contrário, nos obriguem a suprimir, da nossa reconstituição, o segundo templo – caso em que teremos de imaginar outra solução para explicar o prolongamento assinalado da construção para ocidente.

A hipótese deste segundo templo não obriga a imaginar, do lado oposto, edifício semelhante. A composição ficaria, obviamente, mais simétrica; mas não devemos excluir a ideia de assimetria.

Que divindade(s) seria(m) adorada(s) no santuário?

O templo de Orjais poderá ter sido dedicado a Júpiter. As três consagrações a esta divindade achadas nas imediações de Orjais – uma foi recolhida na Quinta da Mourata (Orjais) e outras duas nas imediações da vizinha aldeia de Vale Formoso (VASCONCELOS, 1934: 24-25; ENCARNÇÃO e GERALDES, 1982) – formam um pequeno mas significativo conjunto de epígrafes votivas e parecem revelar a existência, nessa área, de um espaço de culto que seria dedicado ao maior dos deuses romanos. A inscrição da Quinta da Mourata, encontrada descontextualizada (como, aliás, as de Vale Formoso), foi consagrada [I]OVI SVP(*remo*) SVMMO.

A hipotética atribuição do templo de Orjais a Júpiter é de alguma forma reforçada pelo facto de o culto a esta divindade ser o mais comum na Beira Interior (REPAS, 2001: 119-136 e Mapa 5; CARVALHO, 2007: 530-531), surgindo ainda associado aos principais núcleos de povoamento da região. Com efeito, tanto em áreas rurais como nas próprias capitais de *civitates*, os altares consagrados a este deus são relativamente frequentes. Nas capitais, parecem surgir associados aos respectivos espaços forenses, como será o caso dos *fora* dos *Cobelci* (Almofala, Figueira de Castelo Rodrigo) ou dos *Aravi* (Marialva,

Meda), distribuindo-se depois pelas paisagens rurais do interior norte da Lusitânia, ajudando mesmo a assinalar os *vici*, como o da Meimoa (Penamacor) (BENTO, 1971: 360) ou outros importantes núcleos de povoamento rural, como será o caso de Nossa Senhora da Estrela (Inguias, Belmonte) (GARCIA, 1991, nº 297) e Vale da Senhora da Póvoa (Penamacor) (BRANDÃO e PEREIRA, 1962).

De todo o modo, se este templo era dedicado a Júpiter, na origem da sua construção poderá ter estado um anterior espaço de culto, ao ar livre, consagrado a uma divindade indígena. O achado em Orjais de duas inscrições a *Banda Brialeacus* (ALMEIDA, 1965: 24-25; ENCARNANÇA, 1975: 125-126; ENCARNANÇA, 1987: 19), assim como o registo em escavação de uma ocupação que antecedeu a construção do templo romano, levam-nos a equacionar a possibilidade de se ter verificado uma apropriação, em época romana, de um espaço sagrado pré-romano.

A ser assim, este processo de apropriação poderá ter implicado a manutenção, no recinto do templo romano, de um espaço especificamente reservado a todos aqueles que pretendiam consagrar os seus votos à divindade anterior – divindade do grupo *band-* cujo epíteto adjectival, de carácter denominativo ou locativo (ALBERTOS FIRMAT, 1975: 56 ss.; FERNÁNDEZ-ALBALAT, 1990: 126), explicitaria o carácter tutelar dessa divindade, protectora da comunidade ou unidade étnica que habitaria originalmente o cabeço sobranceiro ao templo ou defensor de local de passagem ou de acesso ao povoado (PEDRERO, 2001: 549; PRÓSPER, 2002: 262 e 268-281).

Se assim foi, e não obstante a devoção a Júpiter poder em parte ter assimilado, por um fenómeno de *interpretatio*, a anterior divindade pré-romana, os dois cultos podem ter coexistido desde o início neste santuário, dispondo cada um deles de espaços rituais paralelos mas distintos, estando o central e mais monumental dedicado ao principal deus do panteão romano, e reflectindo assim o da divindade indígena uma posição de subalternidade. Como anteriormente dissemos, a existência de um segundo templo, menor e mais abaixo, carece, porém, de confirmação.

A área de visão do templo

A visibilidade da paisagem na Antiguidade constitui uma variável tradicionalmente abordada na Arqueologia. O impacto daquilo que se

vê de um sítio ou da visibilidade que um monumento tem para quem se acha longe dele foram questões que os arqueólogos sempre procuraram entender, sabendo que as sociedades geriram as suas pautas de territorialidade com base em estratégias visuais próprias, que importa conhecer (GARCÍA SANJUÁN *et alii*, 2009: 172).

Antes do surgimento das metodologias computacionais mais complexas, a observação presencial do investigador, subindo aos cumes ou percorrendo a paisagem em torno de um sítio, serviu como fonte primordial de compreensão dessa visibilidade. A percepção obtida no terreno é irrepetível, mas não pode ser rigorosamente transferida para o registo cartográfico, nem transmitida a quem não esteve no local.

As ferramentas informáticas disponíveis nos Sistemas de Informação Geográfica (SIG) possibilitam a simulação desses campos visuais sem ir ao lugar, de tal forma que o cálculo das bacias de visão (*viewsheds*) é hoje uma das aplicações mais frequentes na Arqueologia da Paisagem, com o objectivo central de definir o território que é visível de um determinado posto de observação (WHEATLEY e GILLINGS, 2000: 2).

Para a produção do presente cálculo recorreremos ao algoritmo “r.viewshed” do software GRASS 7.0, uma ferramenta robusta cujos parâmetros obrigatórios são as coordenadas do ponto de observação e a altura do observador, podendo o próprio utilizador definir ainda o ângulo e o perímetro máximo de visão. Relativamente à elevação do posto de observação, é consensual atribuir-se o valor médio de 1,70 m de altura, correspondente à estatura de um indivíduo adulto. No entanto, para determinar a visibilidade obtida do templo romano de Orjais tivemos o cuidado de atribuir também um alteamento de acordo com os três patamares do conjunto edificado, optando pela cota mais próxima dos 655 m, que é a da plataforma do templo onde poderia reunir-se maior número de pessoas.

As bacias de visão são estimadas unicamente com base na topografia, por meio de operações aritméticas de reclassificação dos valores de elevação de cada uma das células mínimas de um Modelo Digital de Terreno (MDT) (GARCÍA SANJUÁN *et alii*, 2009: 173), gerando uma nova superfície matricial, em que cada *pixel* assinala os valores 1 ou 0, que representam o terreno que é ou não avistado a partir de uma localização específica (OSÓRIO e SALGADO, 2007: 16), sendo por isso chamada bacia de visão binária.

O MDT foi construído com curvas de nível a intervalos mínimos de 10 m, dos serviços do IGeoE (Instituto Geográfico do Exército), sendo esta a fonte de referência com maior precisão altimétrica para uma projecção mais rigorosa da bacia de visão.

Com esta modelação virtual compôs-se o mapa final no programa Quantum GIS 1.8, sobrepondo a mancha de visibilidade ao relevo sombreado, à hidrografia, aos vértices geodésicos, às localidades actuais e aos assentamentos romanos, categorizando desta forma as visibilidades e as intervisibilidades humanas dentro do espaço circunscrito da Cova da Beira. Para efeitos de publicação neste artigo, optámos por apresentar dois mapas (FIGS. 10 E 11): o primeiro é o modelo digital de terreno que deixa entender bem o relevo da área; no segundo, sem representação hipsométrica, assinalámos a bacia de visão por meio de uma mancha. A escala dos dois mapas é exactamente a mesma – pelo que o leitor pode mentalmente transferir a informação de um a outro mapa. Esta solução pareceu-nos preferível à que primeiramente ensaiámos: representar a bacia de visão por meio de uma mancha sobreposta ao mapa da Fig. 10. Com efeito, tal sobreposição obscurecia o próprio relevo.

Existem algumas limitações teóricas e metodológicas que são inerentes a qualquer análise deste tipo (bem sistematizadas no trabalho de WHEATLEY e GILLINGS, 2000), nomeadamente a questão de não serem tidas em conta a cobertura vegetal e outras eventuais barreiras visuais existentes. Na época romana, a cobertura arbórea da área poderia ser constituída, em grande parte, por carvalhos e castanheiros. Deve assinalar-se também o facto de a visão partindo do templo não ser idêntica à inversa, isto é, à que teria quem, estando distante, olhava o templo. Acresce o carácter estático da visibilidade que construímos com as nossas ferramentas computacionais, contrário à percepção humana que varia com o movimento (LOCK, 2009: 80). Finalmente, não nos podemos esquecer de que a luz e a humidade atmosférica condicionam sempre a visibilidade: numa manhã nevoenta não se vê exactamente o que se pode observar numa tarde límpida, quando o sol já declina.

Uma forma de potencializar esta ferramenta informática e aproximá-la da realidade seria a execução de múltiplas *viewsheds* desde vários pontos da estação arqueológica (a chamada “visibilidade acumulada”). Do somatório desses cálculos individuais obter-se-ia uma mancha geral mais próxima do campo de visão potencial, pois o alcance visual que um sítio detinha e a sua importância para a edificação local não

poderiam ser pensados apenas de um ponto, mesmo que fosse o mais elevado: a visibilidade altera-se significativamente a diferentes cotas ou posições.

Apesar disso, as bacias de visão são operações verdadeiramente úteis na Arqueologia, no inter-relacionamento de diversos sítios arqueológicos, especialmente daqueles que detêm boa posição altimétrica, e sobretudo na investigação focada nos territórios amplos, como é o caso da região em que se insere o templo de Orjais. O mapeamento da sua mancha de visibilidade dá-nos a possibilidade de confirmar se determinados sítios contemporâneos e as principais vias de comunicação da zona eram visíveis aos frequentadores do templo, bem como se este era avistado pelas comunidades residentes na região circundante – e isso com maior precisão do que a observação directa no local e uma análise empírica permitiriam.

Dada a localização do templo na vertente oriental da serra da Estrela e a sua orientação para nascente, a bacia de visão tem uma disposição semicircular, virada para leste, que impede fundamentalmente a visibilidade para norte e oeste. O máximo de território que a vista alcança e onde nenhuma barreira se interpõe ocorre a nordeste e a sudoeste, atingindo 23 e 25 km, respectivamente.

Descrevendo o campo visual do templo romano, de norte para sul, diremos que se avistam perfeitamente todas as cumeadas ocidentais dos relevos que ladeiam a ribeira do Vale de Teixeira e a ribeira da Amezandinha, afluentes da ribeira de Gaia, com destaque para o vértice geodésico da Galinha (956 m) como o mais elevado. O curso da ribeira de Gaia é observável a jusante da povoação de Benespera, ao longo do seu traçado, até desembocar no rio Zêzere.

A área em torno de Centum Celas é toda visível, incluindo as suas ruínas, até às encostas dos relevos que delimitam a poente o vale da ribeira de Maçainhas. Para nascente desta ribeira, diversas zonas estão encobertas, entremeadas por pontuais formações orográficas que são avistadas, como por exemplo as Fráguas (1018 m) e as Cabecinhas (931 m), ambas situadas já no concelho do Sabugal.

No sector oriental da bacia de visão há uma área que fica completamente oculta devido à presença da serra da Esperança (na qual se situa a povoação de Belmonte), que atinge no seu topo geodésico uma altura máxima de 721 m, ocultando todas as terras que lhe ficam a oriente, e por onde correm as ribeiras das Inguias, de Maçainhas, de Valverde e do Casteleiro. Importantes sítios arqueológicos aí existentes, como, por

exemplo, a Quinta da Fórnea e a Senhora da Estrela, não são avistados, nem têm a percepção da encosta onde se situa o templo.

Apenas a 20 km de distância, por se encontrar a uma cota mais elevada que a serra da Esperança, se avista o S. Cornélio (com o vértice geodésico de 1008 m); vêem-se os cumes de Sortelha e da serra do Troviscal e toda a vertente setentrional da serra dos Mosteiros (esta com o marco geodésico do mesmo nome) (a 23 km de distância), com máximos de 939 m.

A visibilidade não chega ao vale do Côa, nem ao rebordo do planalto da Guarda/Sabugal, pois apresentam cotas inferiores aos relevos que os delimitam, a poente.

Mais para sudeste do templo de Orjais, a barreira visual da serra da Esperança finda e deixa de ser um impedimento, aumentando a área visível até à serra da Opa (vértice 847 m), que barra a visibilidade, por sua vez, para a zona do Vale da Senhora da Póvoa e da Meimoa. Contudo, para além destas regiões baixas, conseguem descortinar-se ainda algumas linhas de altura da periferia ocidental da serra da Malcata, nomeadamente os cumes geodésicos do Cavalo Branco (843 m), do Alízio (927) e dos Concelhos (1007 m), sendo estas as áreas mais afastadas do edifício romano, a 27 km de distância.

A bacia de visão para sul espraia-se agora em leque, varrendo toda a região da Cova da Beira que abrange as actuais freguesias de Caria (Belmonte), Peraboa e Ferro (Covilhã), colidindo com toda a Lomba da Pedra Aguda, que passa a ser aqui o seu maior obstáculo visual – pelos seus vértices geodésicos das Sesmarias (647 m), Pedra Aguda (733 m) e Meal Redondo (791 m).

Mais além desta formação topográfica, apenas se divisam algumas cumeeiras elevadas, das quais destacamos a Tapada das Argolas, a Covilhã Velha (a 21 km de distância), a serra de Santa Marta e outras serranias a sul do vale da ribeira da Meimoa. Pelo contrário, todo o vale deste curso de água, começando na Meimoa e passando por Salgueiro, Capinha e Peroviseu, não é abrangido pela visão do templo de Orjais.

Quando a formação da Lomba da Pedra Aguda declina a ocidente, próximo de Alcaria, a visibilidade volta a estender-se até aos 25 km, chegando até à vertente setentrional da serra da Gardunha e abarcando todo o sector ocidental da bacia do Fundão, embora a área da actual cidade não seja visível.

O curso do rio Zêzere, que é observável apenas a partir de Vale Formoso, é totalmente avistado até já bem perto de Terlamonte, onde

esse sítio arqueológico, juntamente com outros, como o Teixoso e a Borralheira, deixam de ser visíveis, por culpa de algumas pequenas formações que encobrem a visibilidade para sudoeste. Assim, também as terras defronte da Covilhã não são avistadas, escondidas pela paisagem envolvente do templo.

As vias da área

As principais vias romanas que cruzavam esta região encontram-se razoavelmente estudadas (CARVALHO, 2007: 127-155, recolhendo, examinando criticamente e completando estudos anteriores). Para a reconstituição do traçado viário têm sido aproveitados miliários e vestígios de troços de calçadas; têm-se tomado em consideração os núcleos de povoamento agrupado (como os *vici*); têm-se recolhido referências documentais da Idade Média a caminhos antigos. Observando ainda os corredores naturais de passagem, o traçado da rede viária tem sido progressivamente (re)desenhado. Esboçaremos agora de forma genérica o mapa dos caminhos romanos (FIGS. 12 E 13).

A partir de *Igaedis* (Idanha-a-Velha ou *Egitania*), a estrada procedente de *Emerita Augusta* seguia para norte, passando muito provavelmente por Bemposta (Penamacor) (VAZ, 1977: 27, nº XVII) e pela Torre dos Namorados (Fundão) (CURADO, 1982: 89-92; SILVA, 2002: 308-309). Aqui ficaria um *vicus* e estação viária. Ia depois a estrada à Tapada de S. Pedro/Capinha (Fundão). Este lugar corresponde a outro provável *vicus* e seria cruzamento de estradas, no limite norte do *territorium* dos *Igaeditani*, a cerca de 25 milhas da sua capital (CARVALHO, 2007: 133 e ss.).

Da Capinha, uma via poderia dirigir-se para poente, a Alcaria. Subiria depois a Unhais da Serra e Valezim, e iria (mas não directamente) à capital de *civitas* sedeadada em Bobadela (Oliveira do Hospital) (ALARCÃO, 2002-2003: 168; CARVALHO, 2007: 148-149).

Da Capinha, porém, uma outra estrada iria para nascente, em direcção ao Salgueiro (VAZ, 1977: 25-26). Continuava para Vale da Senhora da Póvoa (Penamacor) e rumava ao Sabugal, assinalada pelos miliários de Santo Estêvão e de Alagoas (Sabugal) (OSÓRIO, 2006: 116).

Desta estrada da Capinha ao Sabugal arrancaria uma outra para Meimoa/Vale da Canadinha (*vicus Venia* ou *Vivenia*).

Este *vicus* estaria ligado a *Igaedis* também por uma via que, par-

tindo da capital dos *Igaeditani*, ia a Salvador e ao Alto Erges. Em Salvador, na extremidade noroeste da serra de Penha Garcia, um *terminus augustalis* constituía fronteira entre *civitates* (CARVALHO, 2007, mapa 4).

Da Capinha arrancava outra estrada para Caria (BELO, 1960), aproveitando a estreita passagem entre as serras de Santo António e do Pereiro (CARVALHO, 2007: 134). Eventualmente, poderia seguir pela Quinta da Caneca, pelo designado “caminho dos castelhanos” (CURADO, 1982: 87 e 90; CURADO, 1987).

De Caria, a via rumava a Centum Celas (Colmeal da Torre, Belmonte) (BELO, 1960: 31-34 e 40-47; BELO, 1964: 135). Passava pela base da vertente oriental da serra da Esperança e pela *villa* da Quinta da Fôrnea (SANTOS e CARVALHO, 2008: 151). De Centum Celas prosseguia em direcção à Senhora da Misericórdia (Gonçalo, Guarda), iniciando depois a subida da serra da Estrela por Famalicão (Guarda) até alcançar as alturas de Barrelas (JALHAY, 1950: 562-566; PIRES, 1928: 150-153; RUIVO e CARVALHO, 1996).

Voltando a Capinha, julgamos dever reconstituir outro trajecto (que poderia até ser principal) daí até Orjais. Seguindo por Vale Feitoso (nos arredores de Peroviseu), galgava a Lomba da Pedra Aguda junto ao povoado proto-histórico da Quinta da Samaria (CARVALHO, 2007: 148-149 e 534-535). Precisamente neste ponto, em que a via cruzaria a fronteira entre duas *civitates*, encontrar-se-ia o *terminus augustalis* de Peroviseu. A uma centena de metros deste ponto, na cumeada, já na encosta norte da Lomba da Pedra Aguda e na berma do suposto corredor de passagem, uma inscrição rupestre a *Nabia* parece de algum modo denunciar também a passagem deste *cursus publicus* (REDENTOR *et alii*, 2006: 57-58).

Este trajecto prosseguia depois pelo Ferro (*Ocellum?*) em direcção ao Zêzere, e cruzaria o rio na zona da Ponte Pedrinha para correr de seguida ao longo da sua margem direita, passando assim nas proximidades de Terlamonte e da Borrallheira, antes de chegar a Orjais. Daqui seguiria para norte, por Aldeia do Souto e Valhelhas.

Em Valhelhas, a estrada de *Emerita* a *Bracara* (por Mangualde e Viseu) começaria a difícil travessia da serra da Estrela, passando por Famalicão da Serra e Barrelas. Os onze miliários encontrados entre Centum Celas e Famalicão permitem acompanhar claramente o percurso. Alguns têm indicação de milhas – e, pela contagem, o *caput viae* não pode deixar de situar-se algures nas imediações de Valhelhas, talvez nas imediações do convento do convento do Bom Jesus (Famalicão

da Serra), que parece ter sido edificado sobre um edifício romano. Seria este uma *mansio* (PEREIRA, 2012, I: 427 e II: 42)? Neste caso, a *mansio* seria o *caput viae*? A partir dela, a estrada entraria numa zona de áspera montanha que seria terra de ninguém, isto é, área não atribuída a uma ou outra *civitas*. Do lado ocidental da serra, e pelo menos a partir de Abrunhosa-a-Velha, onde um miliário indica a milha XVIII (FIGUEIREDO, 1953: 55-56), entrava-se na *civitas* de Viseu (a dos *Interamnienses*?), pois aquelas milhas não podem ter sido contadas se não a partir daquela cidade.

A área que se avistava do templo de Orjais corresponderia a uma *civitas*? A qual?

O título deste apartado formula uma pergunta a que não parece fácil responder e põe um problema que, como vai ver-se, é complexo.

Em Peroviseu, reutilizado numa casa da povoação, encontrou-se um *terminus augustalis* que hoje se guarda no Museu do Fundão (VAZ, 1977: 27-29; CARVALHO, 2007: 283; CURADO, 2006):

IMP(erator) CAESAR AVG(ustus) PONTIFEX / MAX(imus)
 TRIB(unitia) POTEST(ate) XXIII CO(n)S(ul) XIII / PATER PA-
 TRIAE TERMINVS AVGVSTALIS / INTER LANCIENSES ET
 IGAEDITANOS

Este *terminus augustalis* data de 4/5 d. C. Têm-se suscitado dúvidas quanto à localização original do monumento: estaria ele mesmo em (ou perto de) Peroviseu? Estaria noutra local e terá sido transportado para Peroviseu no séc. XVIII (ALARCÃO e IMPERIAL, 1996: 41)?

Atendendo a que a serra de Peroviseu (também conhecida por Lomba da Pedra Aguda) constitui um limite do campo de visão do templo de Orjais, parece-nos aceitável a ideia de que este *terminus augustalis* foi originalmente posto na cumeada da serra.

Os *termini augustales* seriam frequentemente (ou mesmo normalmente) erguidos numa estrada, naquele ponto em que se abandonava uma *civitas* e se entrava numa outra. Os que têm a forma de placa (e é o caso do de Peroviseu) estariam inseridos num monumento – eventualmente, um arco. A passagem de um a outro *conventus* era por vezes assinalada por um arco honorífico ou triunfal. Arco mais modesto poderia existir na passagem de uma a outra *civitas*. Podemos imaginar, porém, outro tipo de monumento.

Em Peroviseu (ou perto desta povoação) passaria, como vimos, uma estrada que, partindo de *Egitania*, por Torre dos Namorados e Capinha, e atravessando a Lomba da Pedra Aguda, seguiria pelas imediações da actual povoação de Ferro e alcançaria o vale do Zêzere. Também por esta razão nos parece que o *terminus augustalis* de Peroviseu poderá ter sido originalmente posto na cumeada da serra.

Podemos, pois, admitir que a Lomba da Pedra Aguda delimitaria duas *civitates*: a dos *Igaeditani*, a sul, e a dos *Lancienses*, a norte e noroeste daquela serra. Esta delimitação parece-nos mais aceitável que a proposta por Fernando Curado – que a faz passar pelas serras de Ferreira, de Santa Marta e do Ramiro (CURADO, 2004: 81 e nota 25; CURADO, 2006: 103 e mapa). Não podemos ignorar, porém, que a serra de Santa Marta ainda se avista do templo de Orjais.

No Teixoso (Covilhã), reutilizada como verga de uma porta, encontrou-se a seguinte inscrição (VASCONCELOS, 1934; CARVALHO, 2007:282):

SILO ANGEITI FILIVS / MAGVACV(m) O(*ptimus*) V(*ir*) D(*e*)
S(*uo*) F(*aciendum*) C(*uravit*) / M(*arcus*) VALERIVS SILO IIVIR
(*duumvir*) PRIMVS

Ignoramos onde é que estaria, originalmente, a inscrição, mas não temos razão para supor que veio de muito longe. Também não sabemos o que fez Silão, filho de Angeito. Talvez um monumento público. Isso explicaria a intervenção do *duumvir primus*.

A existência de um duúnviro associado à hipotética construção de um monumento público em (ou perto de) Teixoso é mais um argumento a favor de uma *civitas* no território que o templo de Orjais dominava visualmente.

Contra a hipótese de uma *civitas* temos o facto de não se ter ainda localizado a sua capital. A interpretação do monumento de Centum Celas como forum e do sítio como capital dos *Lancienses Oppidani* (GUERRA, 2007: 190-197; GUERRA e SCHATTNER, 2010) é inaceitável (ALARCÃO, 2012: 114-117; CARVALHO, 2012: 325-331).

Já por vários autores foi aventada a hipótese de a capital da *civitas* ficar abaixo do templo, na encosta, eventualmente no local onde hoje temos a povoação de Orjais, ou na planura onde se ergue a capela de Nossa Senhora das Luzes (CURADO, 2004: 77 e 81; CARVALHO, 2007: 188-189; CARVALHO, 2012: 325-331). Tal ideia não pode ser liminarmente rejeitada, mas temos de reconhecer que não há vestígios arqueológicos que permitam sustentá-la convictamente (ALARCÃO, 2012: 117; ALARCÃO, 2013: 27-28).

Mesmo pensando que uma capital de *civitas*, nesta área da Lusitânia (como, aliás, noutras regiões da Hispânia), não era necessariamente um grande centro urbano e podia reduzir-se a poucas construções (CARVALHO, 2010b: 81), temos de concordar que, até agora, não se identificou lugar que possa apresentar-se, com argumentos suficientemente convincentes, como capital daqueles *Lancienses* registados no *terminus augustalis* de Peroviseu.

Aceitemos, porém, provisoriamente, a ideia de que a área de visão do templo de Orjais corresponde a uma *civitas* e de que esta seria a dos *Lancienses* do *terminus augustalis* de Peroviseu. Poderão estes identificar-se com os *Lancienses Oppidani*, como sustentou Amílcar Guerra (GUERRA, 2007; GUERRA e SCHATTNER, 2010)?

O *terminus augustalis* de Peroviseu é sensivelmente contemporâneo (ALARCÃO e ETIENNE, 1976: 176) de um outro registado em Salvador (Penamacor), CIL II 460:

IMP(erator) CAESAR AVG(ustus) PONT(ifex) MAX(imus) TRIB(unitia) POT(estate) XXVIII CO(n)S(ul) XIII PATER PATR(iae) TERM(inus) AUG(ustalis) INTER LANC(ienses) OPP(idanos) ET IGAEDIT(anos)

Difícilmente poderemos aceitar a identificação dos *Lancienses* de Peroviseu com os *Lancienses Oppidani* de Salvador. Por que razão o mesmo *populus* (ou a mesma *civitas*) receberia diferentes designações em dois monumentos contemporâneos, mais do que provavelmente encomendados pela mesma autoridade administrativa e talvez com textos fixados pelo mesmo *ordinator*?

Se a falta de razoabilidade na identificação do mesmo *populus* por dois nomes diferentes nos parece argumento (não decisivo, é certo) contra a identificação dos *Lancienses* de Peroviseu com os *Lancienses Oppidani* de Salvador, um outro argumento reforça a nossa dúvida.

Partindo de *Egitania*, uma estrada dirigir-se-ia a Salvador e daí à região de Salvaleón e de Valdelospozos, na Extremadura espanhola (FIG. 13). O *terminus augustalis* de Salvador estaria nessa estrada, e marcaria a passagem da *civitas* dos *Igaeditani* à dos *Lancienses Oppidani*. Esta ficaria, pois, em território actualmente espanhol (ALARCÃO, 2005a: 121-122). Olhando o mapa da FIG. 13, temos muita dificuldade em imaginar uma linha de fronteira que ligasse directamente Peroviseu a Salvador e a norte da qual se situaria um único e mesmo *populus*.

Acresce que Ptolemeu II, 5,7 inclui os *Lancienses Oppidani* entre os *Vettones* e não entre os *Lusitani*.

Devemos agora introduzir na discussão o texto de Plínio IV, 118. Aqui, e certamente baseado no famoso mapa de Agripa exposto em Roma, antes de 12 a. C., no pórtico a que foi dado o nome de *Porticus Vipsania* (mapa todavia completado depois dessa data) (DILKE, 1998: 41-53), o Naturalista refere os *Lancienses* e os *Ocelenses qui et Lancienses*, “Ocelenses que também são Lancienses” entre os estipendiários da Lusitânia.

O passo de Plínio, como é sabido, suscita dúvidas (GUERRA, 2007: 165-167); mas é aceitável (ainda que não incontestável) a ideia de que Plínio regista um *populus* que, no tempo de Augusto, recebia a designação de *Lancienses*, sem mais, e um outro que, na mesma época, era chamado *Ocelenses* (ou *Ocelenses Lancienses* ou *Lancienses Ocelenses*). Aceitando esta ideia, temos dúvidas, porém, em equacionar o testemunho pliniano com os *termini augustales* de Peroviseu e de Salvador. Os *Lancienses* de Plínio serão os *Lancienses* de Peroviseu? E os *Ocelenses* de Plínio serão os *Lancienses Oppidani* de Salvador? Ou os *Lancienses* de Plínio são os *Lancienses Transcudani*?

Amílcar Guerra (2007) sustentou que, semanticamente, *Ocelenses* e *Oppidani* são termos equivalentes e situou os *Lancienses Oppidani* (= *Ocelenses*) na área que aqui definimos como campo de visão do templo de Orjais. Como acabámos de ver, a nossa proposta vai no sentido de localizarmos os *Lancienses Oppidani* na actual Extremadura espanhola.

Poderíamos argumentar que uma inscrição votiva recolhida na Quinta do Ribeiro do Moinho (Ferro), onde estava reutilizada na mandjedoura de um estábulo, sustenta a localização dos *Ocelenses* nesta área. Diz a inscrição (ALBERTOS FIRMAT, 1985: 470-474; CARVALHO, 2007: 282):

[R]VFVS P/EICANI / F(*ilius*) ARANT/[I]A OCELA/[E]CA ET A/RANTIO / [O]JCELAECO / [DE] S(*uo*) P(*osuit*)

Se entendêssemos Arância Oceleca e Arâncio Oceleco como divindades tutelares de um povo dos *Ocelenses*, deveríamos (ou poderíamos) situar a área de Ferro no território deste *populus*. A verdade, porém, é que aquelas divindades podiam ser tutelares de uma localidade *Ocellum* que poderia ficar situada numa área que não seria dos *Ocelenses*. O topónimo repetia-se em outros lugares a Península Ibérica (GARCÍA ALONSO, 2003: 121 e 200; CURCHIN, 2007: 148).

Do mesmo modo, numa inscrição, também votiva, achada na Quinta de S. Domingos (Pousafoles do Bispo, Sabugal) (OSÓRIO, 2002), os dedicantes identificam-se como *vicani Ocel[le]ns[es]* ou *Ocel[one]ns[es]*. Aqui, o mais provável é também que estes *vicani* fossem os vizinhos de um povoado *Ocellum*. Também o *Bande Ocel(lensis)* do Castro da Ucha (Figueiredo de Alva, S. Pedro do Sul) (VAZ, 1997: 202-204) seria divindade tutelar de um povoado *Ocellum*.

Não podemos, pois, tomar estas inscrições das quintas do Ribeiro do Moinho e de S. Domingos como prova segura de que os *Ocelenses* de Plínio ficavam por estas paragens.

Voltando aos *termini augustales* de Peroviseu e de Salvador, repetiremos o que nos parece provável: que os *Lancienses* se situassem a norte dos *Igaeditani*, na área de visão do templo de Orjais, e que fossem distintos dos *Lancienses Oppidani*. Atenta a equivalência semântica de *Ocelenses* e *Oppidani*, não nos custa aceitar a possibilidade de os *Lancienses* de Plínio corresponderem aos *Lancienses* de Peroviseu, e de os *Lancienses Oppidani* de Salvador corresponderem aos *Ocelenses qui et Lancienses* do Naturalista. Talvez o nome de *Ocelenses*, usado no mapa de Agripa (donde Plínio o teria copiado), tenha logo caído em desuso e sido substituído, ainda no tempo de Augusto, pelo de *Oppidani*. Certo é que não conhecemos inscrição em que alguém se identifique como natural da *civitas* dos *Ocelenses*. Pelo contrário, temos indivíduos que se dão como naturais da *civitas* dos *Lancienses Oppidani* (designadamente em Idanha-a-Velha, *vid.* SÁ, 2007, inscrições 104, 112 e 119). Ainda em Idanha-a-Velha, temos uma *Lanciensis* (SÁ, 2007, inscrição 70) e em Aldeanueva del Camino (Cáceres), um *Lanciensis* (HURTADO DE SAN ANTONIO, 1977, inscrição 42) – e é muito duvidoso que, nestes casos, se trate de indivíduos naturais de *Lancia*, entre os Ástures (TRANOY, 1981: 48).

A localização dos *Lancienses* na área de visão do templo de Orjais parece todavia contraditada pela inscrição da ponte de Alcântara, CIL II 760, onde se lê:

MVNICIPIA PROVINCIAE LVSITANIAE STIPE CONLATA
QVAE OPVS PONTIS PERFECERVNT IGAEDITANI LANCIEN-
SES OPPIDANI TALORI INTERANNIENSES COLARNI LAN-
CIENSES TRANSCVDANI ARAVI MEIDVBRIGENSES ARABRI-
GENSES BANIENSES PAESVRES

Não estando os *municipia* mencionados por ordem alfabética (ao contrário do que sucede na inscrição da ponte de Chaves, CIL II 2477=

5616), parece legítimo concluir que a ordenação é geográfica (pois não temos razão séria para supor que os *municipia* foram referidos segundo o montante com que cada um contribuiu, ainda que diferentes contribuições possam ter sido uma realidade). A ordem geográfica suposta seria aquela por que se iria entrando num *municipium*, e logo noutro, à medida que se progredia, de sul para norte, na estrada vinda de Alcântara; mas se o princípio (simples) era este, a sua aplicação prática encontrava dificuldades pelo facto de haver várias estradas de Idanha (ou da ponte de Alcântara) até ao Douro.

Uma estrada, entrando no actual território português pela ponte de Segura, sobre o Erges, vinha a *Egitania*. Mesmo que possa duvidar-se da cronologia augustana do miliário de Alcafozes (MANTAS, 2012: 241-242), não parece que possa contestar-se a antiguidade pelo menos do troço entre Segura e Idanha.

De *Egitania*, como dissemos, partiria um ramal, por Salvador, para a actual Extremadura espanhola. O *terminus augustalis* do Salvador marcava a fronteira entre *Igaeditani* e *Lancienses Oppidani*.

Uma outra estrada, como também já vimos, ia de Idanha a Capinha e, atravessando a Lomba da Pedra Aguda, alcançava Centum Celas, depois Valhelhas e subia à serra da Estrela, que atravessava (por Fimalicão e Barrelas) no sentido de Mangualde (onde se identificou uma provável *mansio*, *vid.* CARVALHO, 2014) e Viseu; daqui ia a Lamego. Esta via também parece muito antiga, se bem que não seja inteiramente segura a atribuição a Tibério do miliário de Fimalicão (RUIVO e CARVALHO, 1992; RUIVO e CARVALHO, 1996).

De Capinha (e, uma vez mais, repetimos o já dito), uma via dirigia-se, por Vale da Senhora da Póvoa e Santo Estêvão, ao Sabugal – e daqui continuaria para Alfaiates, com eventual destino a Iruña. O miliário de Alfaiates (MANTAS, 2012: 250; CURADO, 2013: 59-64) sustenta a proposta de grande antiguidade também para esta estrada.

Talvez do Sabugal partisse outra via em direcção à Guarda. Esta prosseguiria depois, para norte, por Argomil, em direcção a Marialva e a Numão. O miliário de Argomil é ainda augustano (MANTAS, 2012: 245; CURADO, 2013: 64-66).

Voltando atrás, a Capinha, outra estrada ia, como vimos, para ocidente e, talvez por Unhais da Serra, através da serra da Estrela, alcançava Bobadela e Viseu. Este caminho é, de todos, o mais incerto. Com efeito, não se conhecem miliários, nem troços de calçadas, nem pontes que atestem a sua passagem. A hipótese da sua existência assenta no to-

pónimo “portela de Adriano” registado, entre Sazes da Beira e Valezim, em documento do séc. XII (ALARCÃO, 2002-2003: 168) e na presumida relação directa entre Idanha e Bobadela – relação por sua vez deduzida do facto de o egitaniense *Caius Cantius Modestinus* ter construído à sua custa os templetes do *Genius Municipii* e de *Victoria* no forum de Bobadela (MANTAS, 1988 e 2002).

Estarão os povos da inscrição da ponte de Alcântara citados de acordo com o percurso Idanha/Capinha/Centum Celas/Famalicão/Barrelas/Mangualde/Viseu/Lamego? Ficariam neste percurso os *Igeditani*, *Lancienses Oppidani*, *Tapori*, *Interannienses* e *Colarni*?

Destes cinco primeiros povos da inscrição de Alcântara, a localização dos *Igaeditani* é a única inteiramente segura, sem qualquer sombra de dúvida. A dos *Colarni* na região de Lamego parece dever considerar-se mais do que provável.

Sobre a localização dos *Lancienses Oppidani* já atrás exprimimos a nossa opinião e a nossa relutância em aceitar que possam ter ficado na área de visão do templo de Orjais.

Onde ficariam os *Tapori*, mencionados logo a seguir?

Têm alguns autores (CURADO, 2004: 81; GUERRA, 2007: 172) sustentado que o povo dos *Tapori* tinha por capital a cidade cujas importantes ruínas se observam em Bobadela (Oliveira do Hospital) – cidade cujo nome, infelizmente, ainda ignoramos (ALARCÃO, 2002-2003). A verdade é que não há disso nenhuma prova. Esta *civitas*, embora tenha beneficiado indirectamente das obras da ponte de Alcântara (porque a via que subiria a serra da Estrela por Unhais da Serra vinha a Bobadela), pode ter sido dispensada de contribuição por ter dado seus dinheiros para outra ponte: a que atravessava o rio Mondego em Midões (ALARCÃO, 2002-2003: 170). Acresce que parece haver uma certa equação entre *civitates* designadas por etnónimos (como são as mencionadas na inscrição da ponte de Alcântara) e ausência de culto imperial. Em nenhuma das *civitates* referidas em CIL II 760 se conhece culto imperial (sendo mais do que incerta a inscrição de Idanha-a-Velha, SÁ, 2007, nº 239). Ora, na Bobadela, o culto imperial está atestado (ALARCÃO, 2002-2003). Se não conhecemos o nome da *splendidissima civitas* de Bobadela, aventuramo-nos a dizer que não seria etnonímico.

Os *Tapori* podiam ficar na área de Castelo Branco ou naquela por onde corre a ribeira de Taveiró, afluente da de Alpreada – que, por sua vez, vem desaguar no Ponsul (ALARCÃO, 2013: 41). Para o nome de

Taveiró já foi proposta a etimologia **Taporiolum* – e este nome já foi explicado pelo etnónimo *Tapori* (FREIRE, 1993). Cremos, porém, que Taveiró deriva de **Talabariolum*; e sendo este nome um diminutivo, parece razoável supor que havia um rio ou ribeiro maior que seria o **Talabarium*. O nome, apesar de não atestado na região, parece credível, tanto mais que, numa inscrição funerária de Capinha, se lê *d(e) v(ico) Talabara* (CARVALHO e ENCARNAÇÃO, 1994). Haveria, pois, um aglomerado urbano secundário chamado *Talabara*, eventualmente sobre o rio ou ribeiro **Talabarium*, ao qual afluiria o ribeiro **Talabariolum* – hoje, ribeira de Taveiró.

Tudo isto, porém, é incerto – como é incerto o desdobramento das abreviaturas daquela inscrição de Capinha. A inscrição foi gravada a um *Maeilo Camali* *f(ilio) T(aporo) d(e) v(ico) Talabara*. Se admitirmos a correcção dos desdobramentos, não podemos deixar de estranhar que *T(aporo)* esteja também abreviado. Quem, vindo de longe, entenderia que o *T* era abreviatura de *Taporus*? A abreviatura só se explica se os *Tapori* não ficassem distantes.

Nas inscrições funerárias, *Taporus* aparece como nome pessoal e como etnónimo ou indicação de proveniência (FERREIRA, 2000). Se registarmos os locais onde aparece como etnónimo, e se admitirmos que um indivíduo, nascido e sepultado na sua *civitas*, não levava indicação de proveniência, poderemos deduzir onde não ficavam os *Tapori*? Nem sequer podemos fazer essa dedução, visto que nem sempre se cumpre a regra e há casos em que indivíduos, nascidos e sepultados na sua *civitas* de origem, levam indicação de naturalidade.

A localização dos *Tapori* permanece, pois, incerta. Se, partindo de *Egitania*, existia uma estrada que se dirigia a Salvador e, daí, à Extremadura espanhola e à suposta *civitas* dos *Lancienses Oppidani*, uma outra via, com o mesmo ponto de partida, rumava a oeste/sudoeste (ALARCÃO, 2013, mapa 2). Se deste lado ficavam os *Tapori*, faz todo o sentido a menção destes em terceiro lugar na inscrição da ponte de Alcântara. Falta-nos, porém, uma inequívoca prova da situação dos *Tapori*.

Sobre a localização dos *Interannienses* na área de Viseu parece haver algum consenso. É certo que Vasco Mantas (2012: 247 e 249) sustenta a localização dos *Interannienses* na Bobadela e a dos *Paesuri* em Viseu; mas vai contra a corrente maioritária sem sólidos argumentos. De qualquer forma, temos de reconhecer que a localização dos *Interannienses* na área de Viseu é apenas uma dedução não seguramente confirmada: se os *Colarni* ou *Coilarni* estavam na área de Lamego, e

se os povos estão citados na inscrição de Alcântara seguindo o percurso da estrada, é lógico pensar que os *Interannienses* se encontravam imediatamente a sul, em Viseu (admitindo que o território dos *Colarni* era contíguo ao dos *Interannienses*).

O *terminus augustalis* de Goujoim (Armamar) delimita os *Coilarni*, dos *Arabrigenses* (VAZ, 1979; *AE*, 1979, n.º 331; SILVA, 1985: 222-224; GUERRA, 1998: 115-116, 283-284 e 405-406). A posição dos *Coilarni* em Lamego parece bem sustentada (VAZ, 2007). O nome que se lê na inscrição de Alcântara é *Colarni*; mas, independentemente de podermos admitir um erro de leitura, fácil é aceitar que *Colarni* e *Coilarni* sejam simples variantes gráfico-fonéticas de um mesmo etnónimo. Uma inscrição de Mosteiros (Santo Estêvão, Sabugal) revelará uma outra variante: *Cularni* (CURADO, 1984).

Com base em Estrabão II, 5, 6, poderíamos sustentar a existência de uns *Colarni* diferentes dos *Coilarni*. Com efeito, o geógrafo menciona *Colarnum* como povoação que, pelas coordenadas, ficaria entre *Caurium* (Cória) e *Ammaia* (S. Salvador de Aramenha), sensivelmente no paralelo de *Augusta Emerita* (Mérida). As coordenadas ptolemaicas, porém, não nos permitem localizar exactamente as povoações mencionadas na *Geografia*. Ficamos, pois, na dúvida sobre a precisa situação desta *Colarnum*. Neste caso, e atendendo a que a quase horizontalidade do curso do Douro (também na representação ptolemaica) permitia a determinação fácil da latitude das povoações situadas junto do rio, não é possível admitir que a *Colarnum* ptolemaica se situava na região de Lamego. Os topónimos e os etnónimos podiam repetir-se. Teríamos assim uns *Coilarni* na área de Lamego e uma *Colarnum* muito mais a sul. A cidade romana que ficaria em Lamego (e que se chamava *Lamecum* na época suevo-visigótica) poderia chamar-se *Colarnum* na época romana; mas não seria a *Colarnum* ptolemaica. Ou talvez Lamego já fosse *Lamecum* na época romana: não é impossível nem improvável que fosse capital de um povo que não seria conhecido pelo nome de *Lamecenses*, mas pelo de *Coilarni*. Haveria, porém, com centro na *Colarnum* ptolemaica, uns *Colarni* distintos dos *Coilarni*? E os *Colarni* de Plínio IV, 35, 113 serão os *Coilarni* de Lamego ou os habitantes da *Colarnum* ptolemaica?

A mencionada inscrição de Mosteiros, não obstante algumas dúvidas de interpretação, parece registar um *Cumelius*, *Cularnus*, de *Balatucelo nat(ione)* (ALARCÃO, 2004: 336-339). O nome *Balatucelum* terá dado Baticela. A existência deste topónimo na freguesia e concelho

de Penedono parece confirmar que *Cumelius* era um *Coilarnus*, e que *Cularnus* é variante gráfico-fonética de *Coilarnus*.

A confirmação não é, porém, tão óbvia quanto pode parecer. Primeiro, porque a área do concelho de Penedono, provavelmente, não ficava no âmbito geográfico dos *Coilarni*, mas dos *Arabrigenses*. Segundo, porque o nome *Balatoceum* poderá estar na origem também de Botecela (Fundão e Guarda), Batigelas (Alter do Chão) e Vaticela (Pampilhosa da Serra). Se, como parece, *Balatoceum* é topónimo de origem pré-romana, o nome poderá ter-se repetido em vários e distantes lugares.

Acresce que os *Colarni* são mencionados por Plínio num passo que regista os povos estipendiários da Lusitânia e que esse passo, com dissemos, se baseou no mapa de Agripa, elaborado antes de 12 a. C. Ora, nessa data, estariam os *Coilarni* de Lamego já instituídos em *civitas*? Talvez a organização político-administrativa da zona imediatamente a sul do Douro não seja anterior a Cláudio (ALARCÃO, 2005d) – e é mais do que duvidoso que tenham sido instaladas *civitates* na região duriense antes da época de Cláudio a Trajano. O *terminus augustalis* de Goujoim data da época de Cláudio ou Nero (se é que não do tempo de Nerva). É do tempo de Cláudio um outro *terminus augustalis* da área, recolhido na igreja de S. Pedro de Balsemão (Lamego) (CIL II 6199). Infelizmente, não se sabe ao certo de onde veio e não tem indicação das *civitates* demarcadas. Tendo isto em mente, podemos perguntar-nos se Plínio refere os *Coilarni* de Lamego ou os *Colarni* daquela outra *civitas* a que Ptolemeu dá o nome de *Colarnum* – e que pode ter sido instituída na época de Augusto.

Se a identificação *Colarni* = *Coilarni* = *Cularni* é filologicamente aceitável, não é menos certo que o mesmo etnónimo podia repetir-se em lugares diferentes ou distantes. Basta pensar nos *Lancienses* de Peroviseu, nos *Lancienses Oppidani*, nos *Lancienses Transcudani* e nos *Lancienses* dos Ástures. Assim, nada obsta, em princípio, à possibilidade de uns *Colarni* (da ponte de Alcântara) distintos dos *Coilarni* (do marco de Goujoim). Sublinhando a palavra possibilidade, estamos apenas a admitir uma hipótese que poderá (ou não) ser posteriormente útil. Abaixo voltaremos ao assunto.

Olhe-se o mapa da nossa FIG. 12, seguindo o percurso da estrada de Idanha a Lamego, mas agora de norte para sul, isto é, de Lamego para Idanha, admitindo ligação de Lamego a Viseu. Se situarmos os *Colarni* ou *Coilarni* em Lamego, os *Interannienses* em Viseu, os *Tapori*

na Bobadela ou na área de Castelo Branco e os *Lancienses Oppidani* na Extremadura espanhola, temos de concluir: os *Lancienses* supostamente localizados na área de visão do templo de Orjais não estão mencionados na inscrição da ponte de Alcântara; e deveriam estar referidos porque a estrada passava por essa zona.

A eventual localização dos *Lancienses Oppidani* na área de visão do templo de Orjais, dos *Tapori* na Bobadela e dos *Interannienses* em Viseu resolveria o problema. Pelas razões anteriormente expostas, não nos inclinamos para estas localizações. A razão principal reside, obviamente, nos *termini augustales* de Peroviseu e de Salvador, que nos levam a situar os *Lancienses* a norte e noroeste dos *Igaeditani* e os *Lancienses Oppidani* a nordeste destes últimos.

Poderão os *Lancienses* ter sido dispensados de contribuição para as obras da ponte de Alcântara por terem investido (ou estarem a investir) considerável montante no santuário de Orjais? Não podemos avançar esta hipótese como provável: a administração romana provincial poderia ter reduzido o montante da contribuição, mas parece-nos inverosímil que tivesse dispensado os *Lancienses* de todo e qualquer tributo.

Se o templo de Orjais foi construído na época de Trajano (mas esta datação não é segura e apenas podemos dizer que o santuário não é anterior ao período flaviano), seria contemporâneo do *campus* construído pelos *vicani Venienses* ou *Vivenienses* na área de Meimoa (CURADO, 1979: 146; *AE*, 1979, n.º 330; CARVALHO, 2007: 146; CURADO, 2008: 125, nota 12). Este *campus* seria uma área monumentalizada (ALARCÃO, 2005a: 124). Por outro lado, no cemitério paroquial de Vale da Senhora da Póvoa (Penamacor) localizou-se uma inscrição também consagrada a Trajano (CARVALHO, 2007: 285). O formulário é idêntico ao da inscrição do *vicus Venia*. Infelizmente, a inscrição de Vale da Senhora da Póvoa está incompleta e ficamos sem saber se também foi consagrada por uns *vicani* e se estes, como os do *vicus Venia*, ergueram igualmente um *campus* ou homenagearam o imperador Trajano de outra forma. Se admitíssemos a hipótese de um *campus* também em Vale da Senhora da Póvoa e a integração deste lugar, do *vicus Venia* e de Orjais no âmbito da mesma *civitas*, teríamos um considerável investimento dos cidadãos em monumentos públicos no tempo de Trajano. Infelizmente, a integração político-administrativa das áreas de Meimoa e de Vale da Senhora da Póvoa é duvidosa. Mesmo que fizessem parte da suposta *civitas* dos *Lancienses*, será que o investimento justificaria a

isenção do contributo para as obras da ponte de Alcântara? Repetimos que não nos parece verosímil.

Dado que os *termini augustales* de Peroviseu e de Salvador são da época de Augusto, e a ponte de Alcântara data do tempo de Trajano, será que entre as duas épocas foi feita alguma reforma político-administrativa e a *civitas* dos *Lancienses* foi suprimida, eventualmente pela sua integração numa outra?

Por duas razões também não podemos aceitar facilmente esta hipótese. Primeiro, porque não vemos em que outra *civitas* poderiam os *Lancienses* ter sido integrados. A dos *Igaeditani* era já muito vasta e a reunião de *Lancienses* e de *Lancienses Oppidani* (se estes últimos ficavam onde supomos) é muito difícil de aceitar, tendo em vista a geomorfologia da área. Acresce que temos inscrições funerárias (a que atrás aludimos) em que alguns indivíduos são identificados como *Lancienses*. Se é certo que a data destas inscrições não é segura, não temos razões para as atribuir a época anterior a Trajano. Se estes *Lancienses* correspondem aos do *terminus augustalis* de Peroviseu, persistiriam, pois, como *civitas* no tempo deste imperador e não teriam perdido a sua autonomia político-administrativa para serem integrados noutra *civitas*.

Admitamos uma outra hipótese: estariam os *Lancienses* mencionados na inscrição da ponte de Alcântara e o seu nome terá sido suprimido pelos copistas, eventualmente porque não conseguiram lê-lo ou porque, vendo-o na sequência do nome dos *Lancienses Oppidani*, julgaram tratar-se de erro de repetição?

A inscrição estava, no séc. XIX, já ilegível, pelo que Hübner, em CIL II 760, a reconstituiu comparando diversas transcrições feitas desde o séc. XVI ou mesmo desde finais do séc. XV. O epigrafista estabeleceu o texto (e a ordem dos etnónimos) que anteriormente apresentámos.

Hübner não conheceu o desenho de Francisco de Holanda (FIG. 14), feito no séc. XVI mas inédito na altura da redacção de CIL. Observando este desenho, devemos perguntar-nos: é ele fiel? Não o será inteiramente, visto que não eram “mãos de metal” mas dedos que suportavam a lápide. Um desses dedos ainda se conserva, hoje no Museo de la Real Academia de la Historia (BLANCO FREIJEIRO, 1977: 31-32). De qualquer forma, Francisco de Holanda deve ter passado por Alcântara e copiado a inscrição quando, em 1537, fez viagem de Lisboa a Roma (SEGURADO, 1970: 12). Também viu a ponte de Alconétar sobre o Tejo e as ruínas romanas de Cápera.

Mais importante, porém, seria saber-se se a *ordinatio* era como Francisco de Holanda a representa (com alguns etnónimos passando de uma linha a outra) ou se haveria um etnónimo por linha (como na versão de Hübner). Transcrições feitas por outros autores do séc. XVI deixam supor que era esta a *ordinatio*: um etnónimo por linha.

Menos relevantes são as divergências de leitura apresentadas pelos diversos autores. O nome dos *Igaeditani*, por exemplo, aparece como *Icaeditani*, *Iceditani*, *Iseditani*, *Laeditani* ou *Saedetani*. Estas divergências podem explicar-se pelo facto de, já no séc. XVI, haver caracteres difíceis de ler por estarem muito desgastados. Ao mesmo tempo, parece denunciarem que os eruditos que transcreveram a inscrição não procuraram fontes literárias clássicas ou epigráficas que lhes teriam permitido correctas grafias de pelo menos alguns etnónimos. Isto não deixa de surpreender – e não é facilmente aceitável a ideia de que os humanistas que leram a inscrição se serviram de textos (como o de Plínio) corruptos ou de inscrições que andavam mal lidas.

As transcrições apresentadas no séc. XVI foram alvo de exame crítico por J. Carbonell, H. Gimeno e A. U. Stylow (2007). Parecemos, porém, que os autores não conferiram todas as fontes que Hübner menciona. De qualquer forma, e até pela impossibilidade em que nos achamos de conferir essas outras fontes, servir-nos-emos do trabalho mencionado.

Os *Tapori* não figuram na transcrição que fez António de Nebrija no seu *Dictionarium latinum-hispanicum*, editado em 1536 mas escrito obviamente antes dessa data. Faltam, aliás, na versão de Nebrija, muitos outros etnónimos. O autor residiu em Alcântara desde 1486 e durante 18 anos, pelo que deve ter tido ocasião de olhar muitas vezes a inscrição.

Na segunda metade da década de 1520, Honorato Juan visitou Alcântara e deixou uma transcrição. Não conseguiu ler o terceiro etnónimo (no lugar onde posteriormente se restituiu TALORI) e, do quarto, leu apenas a terminação NIENSIS. Esta corresponde certamente a INTERANNIENSES (ou INTERAMNIENSES) – ainda que possamos, por dúvida metódica, admitir que era outro o etnónimo, visto *nienses* se poder aplicar a muitos outros nomes.

Pedrosa, que viu a inscrição entre 1520 e 1527, e Francisco de Holanda, que passou por Alcântara em 1537, também não leram (ou não conseguiram ler) TALORI (ou TAPORI).

Barrantes Maldonado, que viveu em Alcântara e escreveu nos

meados do séc. XVI, deixou um manuscrito que foi recentemente editado (BARRANTES MALDONADO, 2010). A FIG. 15 reproduz o manuscrito, que Helena Gimenez amavelmente nos transmitiu. O autor leu, como terceiro etnónimo, TRACVNDANI e como quarto, ITERAMNIENSES. Se este último apenas merece a correcção *Interamnienses* ou *Interannienses*, a leitura TRACVNDANI é dificilmente aceitável: primeiro, porque o nome do *populus* ou *civitas* seria *Lancienses Trascudani* ou *Lancienses Trascudani*; segundo, porque o nome reaparece mais abaixo, a seguir aos *Colarni*, e não faz sentido a repetição. Observaremos, porém, que Barrantes Maldonado parece ter reconhecido dez letras no etnónimo que estaria entre *Lancienses Oppidani* e *Interannienses*.

Mariangelo Accursio viu a inscrição em 1527, mas, como ele próprio declara, rapidamente e sem muita ponderação. Restituiu, porém, como terceiro etnónimo, TAEORI. Não deixa de ser curioso que o autor, conhecendo o etnónimo *Tapori* – porque o regista na inscrição funerária rupestre de Capinha a que atrás nos referimos – não tenha restituído TAPORI.

A inscrição foi regravada no tempo de Carlos V e foi agora fixado o texto que Ocampo, em 1547, reproduziu. As obras que o imperador mandou fazer na ponte arrastaram-se por vários anos, mas a regravação pode ter sido feita entre 1537 e 1547: de outra forma, dificilmente explicaremos que Francisco de Holanda, em 1537, não tenha registado os *Talori*. Ou trata-se de omissão do autor, que já viu a inscrição regravada mas esqueceu esse nome no seu desenho? Seja como for, parece forçoso admitir que a leitura TAEORI de Accursio, pouco depois “corrigida” por qualquer outro autor e fixada em *Talori*, foi adoptada na regravação. Foi assim estabelecido um texto que autores posteriores recopiaram e que a continuada erosão da pedra acabou por tornar também ilegível no séc. XIX.

Não temos razão para duvidar seriamente de que, no texto original, gravado no tempo de Trajano, se lia TAPORI. É certo que Barrantes Maldonado, talvez um dos autores que, por viver em Alcântara, mais vezes e mais atentamente terá olhado para a inscrição, parece ter distinguido, como atrás dissemos, um etnónimo de dez letras. É certo que o nome de *Lancienses* tem dez letras. É ainda verdade que a ausência dos *Tapori* na inscrição não levantaria sérios problemas, mesmo que os situemos, como atrás sugerimos, na área de Castelo Branco: poderiam ter sido dispensados de contribuição para a ponte por terem ajudado a financiar aquela outra (construída na mesma época?) que atravessava o

Tejo em Alvega (Abrantes) (ALARCÃO, 2004: 195). E se acaso os *Tapori* ficavam na Bobadela, poderiam ter sido solicitados, como atrás dissemos, para outra ponte: a de Midões, sobre o Mondego. Mas se o nome dos *Lancienses* era o que figurava, na inscrição de Alcântara, em terceiro lugar, como poderia Barrantes Maldonado ter restituído *Trancvdani* e *Accursio* ter proposto *Taeori*?

Devemos render-nos ao que parece inequívoco: o nome dos *Lancienses* não figurava na inscrição da ponte de Alcântara. Ora, não podendo facilmente aceitar que tenham sido dispensados de contribuição se a estrada vinda de Alcântara passava pelo seu território, como explicar a omissão do nome?

Consideraremos agora a hipótese de termos andado errados ao supor que os *populi* estavam referidos na inscrição de Alcântara pela ordem por que se iriam sucedendo na estrada que ia de Idanha-a-Velha a Viseu, atravessando a serra da Estrela, e que de Viseu se dirigia a Lamego.

Está fora de causa a eventualidade de os *populi* estarem citados ao longo de uma via, muito antiga, augustana, que vinha de Mérida a Cória e, por Acebo e El Payo, ia a Iruña e Ciudad Rodrigo (MANTAS, 2012: 250-253; CURADO, 2013). Os miliários de Alfaiates (Sabugal) e de Argomil (Guarda) assinalam um percurso que talvez divergisse daquela estrada em El Payo para se dirigir ao Sabugal e à Guarda, ou directamente de Alfaiates a Argomil, e daqui a Marialva e ao Douro.

Se admitirmos, por hipótese, que os povos estão referidos na inscrição de Alcântara segundo a sua posição na estrada que ia de Idanha a Capinha, daí ao Sabugal (por Vale da Senhora da Póvoa e Santo Estêvão), e do Sabugal à Guarda (não passando, por isso, pela área que o templo de Orjais dominava), teremos a explicação da ausência dos *Lancienses* na inscrição da ponte de Alcântara?

Esta hipótese não exclui a possibilidade de os *Lancienses Oppidani* ficarem localizados na actual Extremadura espanhola e os *Tapori* na área de Castelo Branco.

Como anteriormente vimos, Fernando Curado (2004: 81 e nota 25; 2006: 103 e mapa) propôs, como limite setentrional dos *Igaeditani*, a linha de alturas que, a sul da ribeira da Meimoa, integra as serras de Ferreira, Santa Marta e Ramiro. A proposta de valorização desta linha não nos parece convincente (CARVALHO, 2010a: 221-223) – ainda que possa merecer alguma atenção. Isto não exclui a ideia de que o território dos *Lancienses* vinha, a sul, até Peroviseu e que era aqui que confrontava

com o dos *Igaeditani*. Mas não poderia haver algum outro *populus* entre as serras de Peroviseu e da Opa, a norte, e as serras de Ferreira, Santa Marta e Ramiro, a sul?

Entre estas linhas de altura corre a ribeira da Meimoa, num vale densamente povoado na época romana (CARVALHO, 2007). Poderiam ficar aqui os *Interannienses*?

Considerada a geomorfologia da área, é fácil admitir que o *vicus Venia*, no Vale da Canadinha (Meimoa), integrasse este território. A nordeste, ele poderia vir até Vale da Senhora da Póvoa, mas já não alcançaria Santo Estêvão.

Em Santo Estêvão, um miliário de Tácito contava a milha IIIIX (CIL II 4638; CURADO, 1987; *AE*, 1988, n° 698). Mais a nordeste, em Alagoas, na estrada para o Sabugal, um outro miliário indicava a milha III ou IV (CURADO, 1987; OSÓRIO, 2006: 146). As milhas de um concordam com as do outro se admitirmos, com Fernando Curado, que se contavam a partir do Sabugal, para sudoeste. É possível que o Sabugal integrasse outra *civitas* – passando a linha demarcatória entre Santo Estêvão e Vale da Senhora da Póvoa.

Esta hipótese de situação dos *Interannienses* no vale da ribeira da Meimoa tem contra ela, porém, o sério argumento da exiguidade do território. Mesmo pensando que outras *civitates* referidas na inscrição de Alcântara tinham (ou parece terem tido) territórios pequenos, aquele vale é exíguo e dificilmente podemos admitir que constituísse uma *civitas*.

Observemos, porém, a singularidade do nome *Interamnienses*. Todos os outros nomes da inscrição de Alcântara são etnónimos. Possivelmente, correspondem a *populi* que, tendo já alguma identidade própria que os distinguiu uns dos outros em época pré-romana, foram convertidos em *civitates* pelos Romanos. Ora, sendo latino o nome de *Interamnienses*, poderemos deduzir que esta *civitas* não corresponde a um *populus* pré-romano? Terá sido uma criação artificial, justificada pela importância das explorações auríferas da área de Penamacor? E a artificialidade da criação terá justificado a exiguidade do território? A hipótese não se nos afigura muito credível – e é possível que o vale da ribeira da Meimoa integrasse a *civitas Igaeditanorum*.

Não excluamos, apesar de tudo, e de imediato, a hipótese de os *Interamnienses* ficarem no vale da ribeira da Meimoa e de irem, a nordeste, até Vale da Senhora da Póvoa. Porque a estrada continuava até ao Sabugal, ficariam nesta última área os *Colarni*? E, do Sabugal, a estrada

iria à Guarda, onde ficariam os *Lancienses Transcudani* (que, na inscrição de Alcântara, se seguem aos *Colarni*)?

O facto de o Sabugal ter sido, como parece, *caput viae* não é suficiente argumento para fazermos do lugar uma capital de *civitas*. Os achados arqueológicos comprovam a ocupação romana mas não permitem sustentar convictamente a capitalidade político-administrativa (OSÓRIO, 2006: 66-67).

Se acaso fosse esta a ordem de localização dos *populi*, teria todo o sentido a menção dos *Lancienses Transcudani* na sequência dos *Colarni*. Não estando confirmada acima de qualquer suspeita a localização dos *Lancienses Transcudani* na Guarda, parece muito razoável admitir que era esta a posição do povo – o qual teria seu centro cívico na Póvoa do Mileu (PEREIRA, 2012).

Na Póvoa do Mileu, o que por enquanto se conhece é um edifício termal de consideráveis proporções (PEREIRA, 2012). No mesmo sítio recolheu-se uma estátua *loricata* que representa provavelmente um imperador e que pode atribuir-se à época de Trajano (SOUZA, 1990: 46; GONÇALVES, 2007: 154-155). São também abundantes e ricos os materiais cerâmicos recolhidos nas escavações. A capital dos *Lancienses Transcudani* não seria um aglomerado urbano extenso. Tudo (ou muita coisa) concorre, porém, para supormos que a área entre Tejo e Douro, a oriente da serra da Estrela, conheceu considerável desenvolvimento no tempo do *Optimus Princeps*, mas sem terem surgido aí importantes centros urbanos. Idanha-a-Velha, a capital dos *Igaeditani*, e Marialva, a dos *Aravi*, parecem ser as únicas cidades dignas deste nome. Há, porém, numerosos *vici* (e *castella*). Diríamos que, em termos político-administrativos, a descentralização era grande (CARVALHO, 2012). Talvez fosse útil reflectir sobre a eventual relação entre esta descentralização, a designação das *civitates* por meio de etnónimos e a sobrevivência de *gentilitates*, que parecem mais numerosas do que aquelas até agora claramente reconhecidas. A Beira Interior (e a região marginal do Douro) afigura-se-nos, sob o ponto de vista político-administrativo e sócio-económico, uma área atrasada, *sui generis*, em que as capitais de *civitates* poderiam ser povoações bem pequenas.

A eventual localização dos *Interamnienses* no vale da ribeira da Meimoa e dos *Colarni* na área do Sabugal daria, pois, todo o sentido à sequência INTERANNIENSES / COLARNI / LANCIENSES TRANSCUDANI, e permitiria entender a ausência dos *Lancienses* na inscrição de Alcântara. Forçoso é reconhecer, porém, que não temos

dados de nenhuma ordem que tornem verosímil tal hipótese, ou que a tornem mais plausível do que a da posição dos *Interannienses* em Viseu e dos *Colarni* (identificados com os *Coilarni* do *terminus augustalis* de Goujoim) em Lamego.

Poderíamos rematar aqui a nossa longa exposição, concluindo:

Primeiro: não temos certeza quanto à localização dos *Lancienses Oppidani*, dos *Tapori* e dos *Interannienses* – se bem que, para os primeiros, continuemos a sustentar a sua localização a nordeste dos *Igae-ditani*.

Segundo: parece-nos que a área de visão do templo de Orjais corresponde *grosso modo* a uma *civitas*, e que esta seria a dos *Lancienses*, distintos dos *Lancienses Oppidani*; mas não podemos prová-lo de forma indiscutível; e não encontramos explicação convincente para justificar a sua ausência na inscrição da ponte de Alcântara.

Com estas conclusões, decepcionantes, poderíamos encerrar, de forma inconclusiva, este apartado que intitulámos *A área que se avistava do templo de Orjais corresponderia a uma civitas? A qual?* Já agora, porém, examinaremos a situação dos demais povos da lápide da ponte de Alcântara.

Aos *Lancienses Transcudani* seguem-se os *Aravi*. A posição destes em Marialva (Meda) é segura, tendo em atenção a inscrição honorífica aí recolhida, de homenagem a Adriano pela *civitas Aravorum* (CIL II 429; ENCARNAÇÃO, 2014). São aliás notáveis os vestígios arqueológicos de um centro urbano não menos importante que o de Idanha-a-Velha.

A relação do etnónimo *Meidubrigenses* com o nome da actual povoação de Meda é geralmente aceite, não obstante algumas dificuldades na restituição do étimo de Meda (ALARCÃO, 2005c: 11). Mesmo aceitando a relação, isso não significa que devamos situar na Meda a sede dos *Meidubrigenses*. Poderiam ficar algures entre a Meda e o Douro. A posição da sede permanece, porém, incerta (ALARCÃO, 2005c: 12).

De Marialva ou da Meda partiria, para ocidente, uma via que, talvez na área de Sernancelhe, se ramificava: uma estrada dirigir-se-ia para norte, com rumo a Paredes da Beira e depois a S. João da Pesqueira, onde atravessava o Douro, talvez a montante do Cachão da Valeira (S. João da Pesqueira), donde seguiria para a zona de Carrazeda de Ansiães; outra, pela área de Caria e de Moimenta da Beira, ia a Lamego (ALARCÃO, 2004: 330-333). Não deve esquecer-se, porém, que o grande eixo viário Mérida/Braga não passaria o Douro nem em S. João da Pes-

queira nem em Lamego, mas mais a jusante, provavelmente na Várzea do Douro (Marco de Canaveses).

Os vestígios arqueológicos de Paredes da Beira (CURADO, 2004: 78, nota 5; CARVALHO, 2010: 221-223) sugerem povoação romana de considerável importância. Filipe Coutinho (comunicação pessoal) confirma-nos a abundância de vestígios, designadamente elementos arquitectónicos. Ficaria aqui a sede dos *Arabrigenses* que, em Goujoim, lindavam com os *Coilarni*?

Enigmática é a situação geográfica dos dois últimos *populi* da inscrição de Alcântara: *Banienses* e *Paesuri*.

Têm sido os primeiros localizados na área de Torre de Moncorvo, com fundamento numa ara a Júpiter e à *civitas Baniensium* encontrada nas ruínas de uma capela perto de Adeganha (ENCARNAÇÃO, 1975: 186-187; GARCIA, 1991: 415). A proposta de Chão da Capela (Adeganha, Torre de Moncorvo) como sede dos *Banienses*, apresentada por Carlos Cruz (2000: 222) foi, porém, recentemente contestada por António Silva (2014) – embora este último autor possa ter subestimado os vestígios arqueológicos da área.

Será que a ara de Adeganha deve ser tomada como prova ou indício de que os *Banienses* ficavam na área de Torre de Moncorvo?

Recordaremos que em Numão foi encontrada uma ara consagrada *dis deabus*(que) *Coniumbric*(ensibus) por um soldado da *cohors III Lusitanorum* (ETIENNE e FABRE, 1976: 21-22; LE ROUX, 1982: 191). Se é sustentável que em Numão ou na sua área poderia haver uma outra *Conimbriga* ou uma *Coniumbriga* (CURADO, 1988-1994: 219-230), não é menos aceitável a ideia de que aquele soldado, natural de *Conimbriga* (Condeixa-a-Velha) mas estando longe da sua terra natal, consagrou a ara aos deuses da sua pátria. Poderemos ter, na ara de Adeganha, um caso semelhante. *Sulpicius Bassus* seria um *Baniensis*, mas, em Adeganha, estaria deslocado da sua terra natal: aí terá consagrado a ara a Júpiter e à sua *civitas*, mais ou menos longínqua.

Devemos recordar que os *municipia* referidos na inscrição de Alcântara são identificados como *municipia* da Lusitânia. A situação dos *Banienses* na área de Torre de Moncorvo obrigaria a considerar que esta província ultrapassava o rio Douro. A objecção não é, porém, decisiva, pois poderíamos admitir uma imprecisão ou abuso, ou considerar que a fronteira da Lusitânia, seguindo o Douro até à foz do rio Tua ou do rio Sabor, prosseguia depois por um ou outro destes rios e englobava ainda a parte sul da actual província de Trás-os-Montes.

A complicar a situação dos *Banienses* temos em Rodelas (Penela da Beira, Penedono) uma inscrição rupestre em que se lê: TVROS / BANIE(n)SV(m) (CARVALHO, 1989: 78). Marcaria a fronteira entre *Paesures* e *Banienses*?

A inscrição de Penela da Beira, enigmática, não pode tomar-se como prova ou indício da localização dos *Banienses* da inscrição de Alcântara. *Turos* aparenta ser antropónimo e *Banie(n)su(m)* pode corresponder a uma *gentilitas* cujo nome coincidiria com o de um *populus*. Em alternativa, podemos admitir que *Turos* era mesmo natural da *civitas* dos *Banienses* e que exprimiu essa origem por meio de um genitivo.

Quanto ao último dos povos da inscrição da ponte de Alcântara, *Paesures*, não é menos duvidosa a sua localização. Plínio IV, 35, 113 menciona os *Turduli Veteres* e os *Paesuri* como os primeiros povos da Lusitânia, entre os rios Douro e Vouga: *A Durio Lusitania incipit. Turduli Veteres, Paesuri, flumen Vagia, oppidum Talabriga*. A localização dos *Paesuri* com sede em Cárquere (Resende), se, por um lado, parece razoável (ALARCÃO, 2005b), por outro enfrenta uma dificuldade em razão da inscrição de Alcântara. Dada a posição geográfica dos *Arabrigenses*, não seria estranhável que, a seguir, se mencionasse um *populus* situado na mesma latitude, mas a ocidente. O marco de Goujoim prova todavia que, a ocidente dos *Arabrigenses*, ficavam os *Coilarni*. Podemos argumentar que, tendo os *Colarni* sido já referidos (na inscrição de Alcântara) na sequência dos *Interannienses*, se justificava agora o “salto” para os *Paesuri*. Mas não podemos deixar de estranhar (na hipótese de os povos terem sido mencionados pela ordem por que se achavam na via de Mérida a Braga) que se não tenha adoptado a ordem *Interannienses/Coilarni/Paesuri*, tanto mais que a estrada ia atravessar o Douro, como dissemos, mais abaixo, em Várzea do Douro.

O texto de Plínio apenas nos autoriza a situar os *Paesuri* entre o Douro e o Vouga, mas a área é suficientemente vasta para podermos admitir que aquele povo se situava em área diferente de Cárquere.

Esta nossa longa discussão acentuou as muitas (e legítimas) dúvidas sobre a localização dos povos mencionados em CIL II 760, seus limites e suas capitais. De seguro, apenas podemos dizer que os *Igaeditani* tinham sua capital em Idanha-a-Velha, e os *Aravi*, em Marialva. É muito provável que os *Arabrigenses* tivessem sua capital em Paredes da Beira. Parece-nos igualmente muito provável a situação dos *Lancienses Oppidani* em território actualmente espanhol, a dos *Lancienses Transcudani* na Guarda, e a dos *Meidubrigenses* entre Meda e o Douro. A dos

Tapori e a dos *Interannienses* não é objecto de consenso. A dos *Colarni* em Lamego assenta na identificação *Colarni/Coilarni* – e, não rejeitando inteiramente tal identificação, exprimimos aqui algumas dúvidas. A dos *Banienses* e a dos *Paesuri* continua problemática.

Apêndice: sobre o topónimo Orjais

Orjais e Orjal são topónimos que se registam em Portugal e na Galiza. Aos exemplos apontados por J. P. Machado (1993, s. v. Orjal) ou indicados no *Reportório Toponímico de Portugal* devem possivelmente acrescentar-se outros, mantidos na toponímia actual ou registados em documentos antigos. Aquele *Reportório* apenas compendia os topónimos que constam da Carta Militar de Portugal na escala 1 25 000; mas uma pesquisa sistemática em livros de matrizes prediais não descobrirá outros Orjais? Estes livros contêm milhentos microtopónimos que as cartas naquela escala ignoram. Quanto a Orjais em documentos antigos, citaremos apenas alguns exemplos.

Nas Inquirições de 1258 (*PMH, Inquisitiones*, I (III): 343) refere-se uma *vina d’Orgiais* na freguesia de S. Miguel da Facha do então “julgado de Santo Estêvão”. A vinha ficava possivelmente no mesmo lugar de *Orjaes* a que se reporta a notícia de um aforamento (na freguesia de S. Miguel da Facha, concelho de Ponte de Lima) de 12 de Agosto de 1294 (*Chancelaria de D. Dinis, Livro II*, doc. 325).

Num documento do séc. XVI encontrámos Vale d’Orjal em Vila Nova de Poiares (GARCIA, 1913: 24).

Em 1191, D. Sancho I doou a Pedro Ferreiro a herdade de *Ordiales* (*DS*, doc. 53). António Baião (1908: 262-263 e 1909: 153 e 285), seguido por M. S. A. Conde (2000: 79-81), identifica *Ordiales* com Vale d’Orjais (ou Orjães, segundo Conde), no concelho de Ferreira do Zêzere. A correspondência de *Ordiales* a Orjais é perfeitamente admissível, visto que a evolução /di/ > /j/ se observa no português, como em *hodie* > hoje ou em *adiutare* > ajudar. Quanto à forma Orjães, se não corresponde a um erro de grafia ou de leitura, pode representar uma pronúncia local nasalada.

Orjal parece, pelo sufixo –al, um colectivo, como em laranjal, olival ou pinhal. Orjais, plural de Orjais, reforça a ideia de conjunto, multiplicação.

J. P. Machado relacionou o topónimo com o adjectivo “orjal” –

certa casta de figo que também se designa por urjal. Cândido de Figueiredo (1996) e o *Dicionário Houaiss* (ambos s. v. Orjal) confirmam orjal ou urjal como variedade de figo. Raul Brandão, em *Os Pescadores*, e a propósito da luz que encanta o Algarve, escreveu: “É ela que produz os figos orjais...” (BRANDÃO, 1991: 170). Poderíamos pensar que “orjais” é um regionalismo, palavra usada só naquela província, se M. S. A. Conde (2000, I: 232) não tivesse encontrado também referências a figueiras orjais em documentos da Baixa Idade Média no Médio Tejo.

Talvez “orjais” e “urjais” sejam apenas diferentes grafias de um nome com o mesmo étimo. O redactor das *Memórias Paroquiais de 1758*, falando da Orjais covilhanense, apresenta a grafia Urjais (in CARVALHO, 2007: 184).

Não excluindo a possibilidade de o topónimo Orjais se relacionar com uma variedade de figo ou figueira, não podemos deixar de atender a uma outra provável etimologia.

Do latim *ordeum*, “cevada”, derivou o nome português *orjo*, do qual, em documentos medievais, se encontram também as formas *ordo*, *orge*, *orgho*, *orgo*, *orio* – a primeira correspondente à forma latina e as restantes possivelmente usando /g/, /gh/ ou /i/ com o valor fonético de /j/, como em muitos documentos da Idade Média. Em francês, *orge* é “cevada”.

De *ordeum*, com o sufixo *-ale*, ter-se-á obtido *ordeale* ou *ordiale*. Como atrás observámos, a evolução /di/ > /j/ é normal no galaico português. Assim, *ordiale* terá dado orjal. Talvez o sufixo *-al* se tenha acrescentado, porém, não a *ordeum*, mas à palavra já evoluída *orge* ou *orjo*.

Joaquim da Silveira (1940: 416), a propósito do topónimo Urgeiriça, considerou que seria mais correcta a forma *Orjariça* e relacionou o nome com *orjo* ou *orge*, “cevada”. É possível que tenha razão. Também poderíamos admitir Urgeiriça por Urzeiriça. Neste caso, a palavra derivaria de “urze”. A substituição de /j/ por /z/ ou vice-versa é comum na linguagem popular, como em Jorze por Jorge ou Jezinha por Zezinha. Nestes casos, porém, houve um fenómeno de dissimilação pelo facto de se repetir o som /j/. Não seria este o caso de Orjal > Urzal ou de Urzeiriça > Urgeiriça. Além disso, a frequência com que se encontram os topónimos Urzal, Urzedo e Urzeira deixa pensar que, nestes, temos derivados de “urze”, enquanto em Orjal/Urjal ou Orjais/Urjais temos derivados de *orge* ou *orjo*.

Os (ou alguns) moleiros chamam (ou chamavam) *pedra orgeira*

àquela de que se faziam mós para fabricar farinha mais grossa (OLIVEIRA, 2012). O nome derivará de orge, “cevada”?

Em conclusão: o nome Orjais tanto pode explicar-se como “campo ou área de figueiras orjais” como “campo ou área onde se cultivava cevada”. Atendendo à frequência com que na Idade Média se encontram os topónimos *villa Ficaraia* (hoje Figueira), *Ficaredo* ou *Figaredo* (hoje Figueiredo) ou *Figueyroo* (hoje Figueiró), diríamos que uma localidade em área de figueiras teria um destes nomes, e não o de Orjais. Inclina-mo-nos, pois, para a relação do topónimo Orjais com *orge* ou *orjo*, “cevada”.

REFERÊNCIAS

AE = *L'Année Epigraphique*, Paris

ALARCÃO, Jorge de (1993) – *Arqueologia da Serra da Estrela*. Manteigas: Instituto de Conservação da Natureza/Parque Natural da Serra da Estrela

ALARCÃO, Jorge de (2002-2003) – “*A splendidissima civitas* de Bobadela (Lusitânia)”. *Anas*, 15-16, Mérida, pp. 155-180

ALARCÃO, Jorge de (2004) – “Notas de Arqueologia, Epigrafia e Toponímia – II”. *Revista Portuguesa de Arqueologia*, 7 (2), Lisboa, pp. 193-216

ALARCÃO, Jorge de (2005a) – “Ainda sobre a localização dos povos referidos na inscrição da ponte de Alcântara”. In *Lusitanos e Romanos no Nordeste da Lusitânia. Actas das 2^{as} Jornadas de Património da Beira Interior*. Guarda: Centro de Estudos Ibéricos, pp. 119-131

ALARCÃO, Jorge de (2005b) – “O território dos *Paesuri* e as suas principais povoações”. *Conimbriga*, 44, Coimbra, pp. 147-171

ALARCÃO, Jorge de (2005c) – “Povoações romanas da Beira Transmontana e do Alto Douro”. *Côavisão*, 7, Vila Nova de Foz Côa, pp. 9-18

ALARCÃO, Jorge de (2005d) – “Destacamentos da Legião X Gémina na Baixo Douro no tempo de Cláudio”. *Al-madan*, 2^a série, 13, Almada, pp. 78-81

ALARCÃO, Jorge de (2012) – “Notas de Arqueologia, Epigrafia e Toponímia – VI”. *Revista Portuguesa de Arqueologia*, 15, Lisboa, pp. 113-137

ALARCÃO, Jorge de (2013) – *A Beira Baixa: terra tomada sem guerra*. Coimbra: Centro de Estudos Arqueológicos das Universidades de Coimbra e Porto

ALARCÃO, Jorge de e ETIENNE, Robert (1976) – “Le Portugal à l’*époque augustéenne*”. In *Symposium de ciudades augusteas*. Saragoça : Universidade de Saragoça, I, pp. 171

ALARCÃO, Jorge de e IMPERIAL, Flávio (1996) – “Sobre a localização de *Lancienses e Tapori*”. In M. Justino MACIEL (coord.) *Miscellanea em homenagem ao Professor Bairrão Oleiro*. Lisboa: Edições Colibri, pp. 39-44

Conimbriga, 52 (2013) 67-128

- ALBERTOS FIRMAT, Maria de Lurdes (1975) – *Organizaciones suprafamiliares en la Hispania antigua*. Valladolid (*Studia Antiqua*, 27)
- ALBERTOS FIRMAT, Maria de Lurdes (1985) – “A propósito de algunas divindades lusitanas”. In *Symbolae Ludovico Mitxelena septuagenario oblatae*. Vitoria: pp. 469-474
- ALMEIDA, Fernando de (1965) – “Mais divindades do grupo *Band*”. *Revista da Faculdade de Letras*, 3ª série, Lisboa, 9, pp. 19-31
- BAIÃO, António (1908) – “A villa e concelho de Ferreira do Zêzere nos séculos XII e XIII”. *O Archeologo Português*, 13, Lisboa, pp. 253-270
- BAIÃO, António (1909) – “A villa e concelho de Ferreira do Zêzere nos séculos XIX e XV”. *O Archeologo Português*, 14, Lisboa, pp. 132-169 e 265-294
- BARRANTES MALDONADO, Pedro (2011) – *Antigüedades de la villa de Alcántara*. Edição de Dionisio A. MARTÍN NIETO *et alii*. Cáceres: Diputación Provincial de Cáceres
- BELO, Aurélio Ricardo (1960) – “Nótulas sobre cinco marcos miliários da via militar romana Mérida-Viseu-Braga, encontrados nas proximidades da torre de *Centum Cellae* de Belmonte”. *Revista de Guimarães*, 70 (1-2), Guimarães, pp. 27-50
- BELO, Aurélio Ricardo (1964) – “Dois marcos miliários, inéditos, do troço *Centum Cellae*-Valhelhas, da via militar romana Mérida-Viseu-Braga”. *Arqueologia e História*, 8ª série, 11, Lisboa, pp. 128-142
- BENTO, Mário Pires (1971) – “Lápide romana encontrada em Meimoa”. In *Actas do II Congresso Nacional de Arqueologia*, vol. 2, Coimbra, pp. 359-360
- BLANCO FREIJEIRO, António (1977) – *El puente de Alcántara en su contexto histórico*. Madrid: Real Academia de la História
- BRANDÃO, Domingos de Pinho e PEREIRA, José Miguel (1962) – “Ara dedicada a Júpiter do Vale da Senhora da Póvoa-Penamacor”. *Studium Generale*, 9 (1), Porto, pp. 310-312
- BRANDÃO, Raul (1991) – *Os Pescadores*. Lisboa: Círculo de Leitores
- CARBONELL, Joan; GIMENO, Helena; STYLOW, Armin U. (2007) – “*Pons Traiani*, Qantara es-Saif, Puente de Alcántara. Problemas de epigrafia, filologia e história”. In *Acta XII Congressus Internationalis Epigraphiae Graecae et Latinae*, Barcelona, pp. 247-258
- CARVALHO, Pedro C. (2003) – “O templo romano de Nossa Senhora das Cabeças (Orjais, Covilhã) e a sua integração num território rural”. *Conimbriga*, 42, Coimbra, pp. 153-182
- CARVALHO, Pedro C. (2007) – *Cova da Beira. Ocupação e exploração do território na época romana*. Fundação: Câmara Municipal / Coimbra: Instituto de Arqueologia da Faculdade de Letras
- CARVALHO, Pedro C. (2010a) – “A Beira Interior na época romana: traços recuperados e linhas de investigação”. In *Actas do Congresso Internacional de Arqueologia: Cem Anos de Investigação Arqueológica no Interior Centro*. Castelo Branco: Museu Francisco Tavares Proença, pp. 215-236
- CARVALHO, Pedro C. (2010b) – “O Interior Norte da Lusitânia romana: resistências, mudanças e rupturas nos primeiros tempos do Império”. In *El bronce de El Picón*

- (*Pino d'rl Oro*). *Procesos de cambio en el Occidente e Hispania* (Inés SASTRE e Alejandro BELTRÁN, eds.). Junta de Castilla y León, pp. 79-91
- CARVALHO, Pedro C. (2012) – “Pela Beira Interior no séc. I d. C.: das capitais de *civitates* aos *vici*, entre o Ponsul e a Estrela”. *Actas do V Congresso de Arqueologia do Interior Norte e Centro de Portugal*: Meda, pp. 333-350
- CARVALHO, Pedro C. (2014) – “A estalagem romana da Raposeira”. In *ArqueoHoje, Ldª, A estalagem romana da Raposeira. Mangualde*. Mangualde: Câmara Municipal e Associação de Desenvolvimento do Dão
- CARVALHO, Pedro Manuel Sobral de (1989) – *Roteiro Arqueológico do concelho de Penedono*. Penedono: Câmara Municipal
- CARVALHO, Rogério e ENCARNÇÃO, José d' (1994) – “Inscrição rupestre romana procedente de Capinha”. *Trebaruna*, 3, Castelo Branco, pp. 31-53
- Chancelaria de D. Dinis, Livro II*. Leitura de Rosa MARREIROS. Coimbra: Palimage, 2012
- CIL II = Corpus Inscriptionum Latinarum, II. Inscriptiones Hispaniae Latinae*. Berlim: Georg Reimer
- CONDE, Manuel Sílvio Alves (2000) – *Uma paisagem humanizada. O Médio Tejo nos finais da Idade Média*. 2 vols. Cascais: Patrimonia Historica
- CRUZ, Carlos Manuel Simões (2000) – *A paisagem e o povoamento na longa duração. O Nordeste Transmontano-Terra Quente*. Braga (Dissertação de mestrado, polícopiada, apresentada à Universidade do Minho)
- CURADO, Fernando Patrício (1979) – “Epigrafia das Beiras”. *Conimbriga*, 18, Coimbra, pp. 139-148
- CURADO, Fernando Patrício (1982) – “A viação romana no concelho de Penamacor. Contribuição para o estudo da via de Mérida a Braga”. In *Actas e Memórias do 1º Colóquio de Arqueologia e História do Concelho de Penamacor*. Penamacor, pp. 82-98
- CURADO, Fernando Patrício (1984) – “Cipo proveniente de S. Estêvão, Sabugal”. *Ficheiro Epigráfico*, 7, Coimbra, nº 29
- CURADO, Fernando Patrício (1987) – “Marco miliário de Alagoas (Sabugal)”. *Ficheiro Epigráfico*, 22, Coimbra, nº 102
- CURADO, Fernando Patrício (1988-1994) – “A propósito de *Conimbriga* e *Coniumbri-ga*”. *Gaya*, 6, Vila Nova de Gaia, pp. 213-234
- CURADO, Fernando Patrício (2004) – “A Martim Calvo e aos povoadores do Fundão”. *Eburobriga*, 2, Fundão, pp. 77-115
- CURADO, Fernando Patrício (2006) – “Reflexões em torno do *terminus augustalis* (dito de Peroviseu)”. *Eburobriga*, 4, Fundão, pp. 99-119
- CURADO, Fernando Patrício (2008) – “Epigrafia das Beiras (Notas e correcções-2)”. *Eburobriga*, 5, Fundão, pp. 121-148
- CURADO, Fernando Patrício (2013) – “Nota sobre dois marcos miliários prismáticos, de Augusto (23 a. C.), da região da Guarda”. *Sabugale*, 5, Sabugal, pp. 59-74
- CURCHIN, Leonard A. (2007) – “Toponyms of Lusitania: a re-assessment of their origins”. *Conimbriga*, 46, Coimbra, pp. 129-160

- Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa*. Lisboa: Círculo de Leitores, 2002
- DILKE, Oswald Ashton Wentworth (1998) – *Greek and Roman maps*. Baltimore e Londres: The Johns Hopkins University Press
- DS = AZEVEDO, Rui de; COSTA, Avelino de Jesus da; PEREIRA, Marcelino Rodrigues (1979) – *Documentos de D. Sancho I (1174-1211)*. Coimbra: Centro de História da Universidade de Coimbra
- ENCARNAÇÃO, José d' (1975) – *Divindades indígenas sob o domínio romano em Portugal*. Lisboa: Imprensa Nacional/Casa da Moeda
- ENCARNAÇÃO, José d' (1987) – “Divindades indígenas da Lusitânia”. *Conimbriga*, 26, Coimbra, pp. 7-37
- ENCARNAÇÃO, José d' (2014) – “Homenagem da *civitas Aravorum* ao imperador Adriano”. *Praça Velha*, 34, Guarda, pp. 127-151
- ENCARNAÇÃO, José d' e GERALDES, Francisco (1982) – “Júpiter Supremo Sumo – Uma inscrição inédita de Orjais (Covilhã)”. *Conimbriga*, 21, Coimbra, pp. 135-142
- ETIENNE, Robert e FABRE, Georges (1976) – *Fouilles de Conimbriga. II. Épigraphie et sculpture*. Paris: Éditions De Boccard
- FE = *Ficheiro Epigráfico*, Coimbra
- FERNANDES, A. de Almeida (1999) – *Toponímia Portuguesa (Exame a um dicionário)*. Arouca: Associação para a Defesa da Cultura Arouquense
- FERNÁNDEZ-ALBALAT, Blanca García (1990) – *Guerra e religión en la Gallaecia y la Lusitania antiguas*. Corunha : Ed. do Castro
- FERREIRA, Ana Paula (2000) – “Sobre a dispersão dos *Tapori*: algumas notas de reflexão”. *Conimbriga*, 39, Coimbra, pp. 153-189
- FIGUEIREDO, Cândido de (1996) – *Grande Dicionário da Língua Portuguesa*. Lisboa: Bertrand, 25ª edição
- FIGUEIREDO, Moreira de (1953) – “Subsídios para o estudo da viação romana das Beiras”. *Beira Alta*, 11 (4), Viseu, pp. 299-330
- FREIRE, José Galdes (1993) – “Localização dos *Tapori*”. *Reconquista*, Castelo Branco, de 14 de Maio de 1993
- GARCIA, José Manuel (1991) – *Religiões antigas de Portugal (Aditamentos e observações às “Religiões da Lusitânia” de J. Leite de Vasconcelos)*. *Fontes epigráficas*. Lisboa: Imprensa Nacional/Casa da Moeda
- GARCIA, Prudêncio Quintino (1913) – *João de Ruão. Documentos para a biografia de um artista*. Coimbra: Imprensa da Universidade
- GARCÍA ALONSO, Juan L. (2003) – *La Península Ibérica en la Geografía de Claudio Ptolomeo*. Vitória/Gasteiz : Universidad del País vasco
- GARCÍA SANJUAN, Leonardo; WHEATLEY, David W.; MURRIETA FLORES, Patrícia; MÁRQUEZ PÉREZ, Joaquín (2009) – “Los SIG y el análisis espacial en Arqueología. Aplicaciones en la Prehistoria reciente del sur de España”. In NIETO PRIETO, F. X. e CAU ONTIVEROS, M. A. (eds.), *Arqueología Náutica Mediterránea* (Monografías del CASC, 8). Girona: Centre d'Arqueologia Subaquàtica de Catalunya, pp. 163-180

- GONÇALVES, Luís Jorge Rodrigues (2007) – *Escultura romana em Portugal: uma arte do quotidiano*. Mérida: Museo Nacional de Arte Romano
- GUERRA, Amílcar Manuel Ribeiro (1998) – *Nomes pré-romanos de povos e lugares do Ocidente peninsular*. Lisboa (Tese de doutoramento, policopiada, apresentada à Faculdade de Letras de Lisboa)
- GUERRA, Amílcar (2007) – “Sobre o território e a sede dos *Lancienses (Oppidani e Transcudani)* e outras questões conexas”. *Conimbriga*, 46, Coimbra, pp. 161-206
- GUERRA, Amílcar e SCHATTNER, Thomas G. (2010) – “El foro y el templo de *Lancia Oppidana*: nueva interpretación de Centum Celas (Belmonte). In NOGALES BASARRATE, Trinidad (ed.), *Ciudad y foro en Lusitania romana*. Mérida: Museo nacional de Arte Romano, pp. 333-342
- HOLANDA, Francisco de (1984) – *Da fábrica que falece à cidade de Lisboa*. Introdução, notas e comentários de José da Felicidade ALVES. Lisboa: Livros Horizonte
- HURTADO DE SAN ANTÓNIO, Ricardo (1977) – *Corpus provincial de inscriptiones latinas (Cáceres)*. Cáceres: Diputación provincial de Cáceres
- JALHAY, Eugénio (1950) – “Inscrições romanas do Museu da Guarda”. *Brotéria*, 50, Lisboa, pp. 560-572
- LE ROUX, Patrick (1982) – *L’armée romaine et l’organisation des provinces ibériques d’Auguste à l’invasion de 409*. Paris : Diffusion De Boccard
- LOCK, Gary (2009) – “Archaeological computing then and now: theory and practice. Intentions and tensions”. *Archeologia e Calcolatori*, 20, Florença, pp. 75-84
- MACHADO, José Pedro (1993) – *Dicionário onomástico etimológico da língua portuguesa*. Lisboa: Horizonte
- MANTAS, Vasco Gil (1988) – “Evergetismo e culto oficial: o construtor de templos *C. Cantius Modestinus*”. In *Religio Deorum. Actas del Colóquio Internacional de Epigrafia, Culto y Sociedad en Occidente*. Barcelona, pp. 227-250
- MANTAS, Vasco Gil (2002) – “*Caius Cantius Modestinus* e seus templos”. In *Religiões da Lusitânia: Loquuntur Saxa*. Lisboa: Museu Nacional de Arqueologia, pp. 231-234
- MANTAS, Vasco Gil (2012) – *As vias romanas da Lusitânia*. Mérida: Museo Nacional de Arte Romano
- MARTÍN VISO, I. (2008) – “Tremisses y potentes en el nordeste de Lusitania (siglos VI-VII)”. *Mélanges de la Casa de Velázquez*, 38 (1), Madrid, pp. 175-200
- OLIVEIRA, Maria Margarida Gama de (2012) – “O moinho de maré de Corroios”. *Boletim Cultural da Assembleia Distrital de Lisboa*, série IV, 96 (2), Lisboa, pp.
- OSÓRIO, Marcos (2002) – “Duas aras da Quinta de S. Domingos (Pousafoles do Bispo, Sabugal)”. *Ficheiro Epigráfico*, 69, Coimbra, nº 310
- OSÓRIO, Marcos (2006) – *O povoamento romano do Alto Cóa*. Guarda: Câmara Municipal da Guarda
- OSÓRIO, Marcos e SALGADO, Telmo (2007) – “Um Sistema de Informação Geográfica aplicado na arqueologia do município do Sabugal”. *Praxis Archaeologica*, 2, Porto, pp. 9-12
- PEDRERO, Rosa (2001) – “Los epítetos del teónimo occidental *Bandue/’*”. *Religion, len-*

gua y cultura prerromana de Hispania. Actas del VII Coloquio sobre Lenguas y Culturas Paleohispanicas, pp. 541-560

- PEREIRA, Vítor Manuel Fernandes (2012) – *O sítio romano de Póvoa de Mileu (Guarda). Povoamento, estruturas e materiais arqueológicos de uma pequena civitas localizada nos confins do Império*. Coimbra (Tese de doutoramento, policopiada, apresentada à Faculdade de Letras de Coimbra)
- PERESTRELO, Manuel Sabino G. (2003) – *A romanização na bacia do rio Côa*. S. I.: Parque Arqueológico do Vale do Côa
- PIRES, César de Azevedo (1928) – “Miliários Inéditos. Sua descrição e interpretação”. *Arqueologia e História*, 6, Lisboa, pp. 150-153
- PMH, *Inquisitiones = Portugaliae Monumenta Historica. Inquisitiones*. Lisboa: Academia das Ciências, 1917
- PRÓSPER, Blanca María (2002) – *Lenguas y religiones prerromanas del Occidente de la Península Ibérica*. Salamanca: Universidad de Salamanca
- REDENTOR, Armando; OSÓRIO, Marcos; CARVALHO, Pedro C. (2006) – “Inscrição rupestre da Laje do Adufe: um novo testemunho do culto à deusa Nabia”. *Eburobriga*, 4, Fundão, pp. 91-98
- REPAS, Fernanda (2001) – *Religião na Beira Interior no tempo dos Romanos*. Coimbra: Faculdade de Letras (Dissertação de Mestrado, policopiada, apresentada à Faculdade de Letras de Coimbra)
- Repertório Toponímico de Portugal. 03. Continente*. Lisboa: Ministério do Exército/Serviço Cartográfico do Exército
- RUIVO, José da Silva e CARVALHO, Pedro C. (1992) – “Miliário de Famalicão da Serra (Guarda)”. *Ficheiro Epigráfico*, 42, Coimbra, nº 189
- RUIVO, José da Silva e CARVALHO, Pedro C. (1996) – “Uma via romana na Serra da Estrela: o troço Valhelhas-Mangualde”. *Materiais*, 2ª Série, 2, Castelo Branco, pp. 77-88
- SÁ, Ana Marques de (2007) – *Civitas Igaeditanorum: os deuses e os homens*. Idanha-a-Nova: Câmara Municipal
- SANTOS, Filipe e CARVALHO, Pedro C. (2008) – “As estruturas funerárias monumentais da Quinta da Fórnea II (Belmonte): uma primeira abordagem”. *Conimbriga*, 47, Coimbra, pp. 137-153
- SEGURADO, Jorge (1970) – *Francisco d’Ollanda. Da sua vida e obras*. Lisboa: Edições Excelsior
- SILVA, António José Marques da (2014) – “Cinco estelas funerárias do Chão da Capela (Junqueira, Adeganha, Torre de Moncorvo)”. *Ficheiro Epigráfico*, 116, Coimbra, nºs 496-500
- SILVA, Armando Coelho F. da (1985) – “Novos dados sobre a organização social castreja”. In *Actas del III Coloquio sobre Lenguas y Culturas Paleohispanicas* Salamanca: Ediciones Universidad de Salamanca, pp. 201-224
- SILVA, Joaquim Candeias da (2002) – *Concelho do Fundão. História e Arte. Vol. I. Ao Sul da Gardunha (O antigo concelho de Alpreada/Castelo Novo)*. Fundão: Câmara Municipal

- SILVEIRA, Joaquim da (1940) – “Notas sobre a toponímia do concelho de Nelas”. *O Instituto*, 97, Coimbra, pp. 268-281 e 382-421
- SOUZA, Vasco de (1990) – *Corpus Signorum Imperii Romani. Portugal*. Coimbra: Instituto de Arqueologia da Faculdade de Letras de Coimbra
- TENTE, Catarina (2010) – *Arqueologia medieval cristã no Alto Mondego. Ocupação e exploração do território nos séculos V a XI* (Tese de doutoramento, policopiada, apresentada à Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa).
- TENTE, Catarina (2012) – “Settlement and society in the Upper Mondego Basin (Centre of Portugal) between the 5th and 11th centuries”. *Archeologia Medievale*, 39, pp. 385-398
- TENTE, Catarina e CARVALHO, A. F. (2012) – “Pottery manufacture and absolute chronology in the High Mondego basin (Centre of Portugal) during the Early Middle Ages”. In *IX Congresso Internazionale de Association Internationale pour l' Étude de la Céramique Médiévale Méditerranéenne*, Veneza, pp. 363-364
- TOVAR, António (1976) – *Iberische Landeskunde. Zweiter Teil. Die Völker und die Städte des antiken Hispanien. Band 2. Lusitanien*. Baden-Baden: Verlag Valentin Koerner
- TRANOY, Alain (1981) – *La Galice romaine. Recherches sur le nord-ouest de la péninsule ibérique dans l'Antiquité*. Paris : Diffusion De Boccard
- VASCONCELOS, José Leite de (1934) – “Antiguidades do concelho da Covilhã”. *Biblos*, 10, Coimbra, pp. 5-12
- VAZ, João L. Inês (1977) – “Inscrições romanas do Museu do Fundão”. *Conimbriga*, 16, Coimbra, pp. 5-31
- VAZ, João L. Inês (1979) – “Término augustal de Goujoim (Armamar)”. *Conimbriga*, 18, Coimbra, pp. 133-138
- VAZ, João L. Inês (1997) – *A civitas de Viseu. Espaço e Sociedade*. Coimbra: Comissão de Coordenação da Região Centro
- VAZ, João L. Inês (2007) – *Lamego na época romana, capital dos Coilarni*. Lamego: Associação para a Valorização do Património do Vale do Douro
- WHEATLEY, David e GILLINGS, Mark (2000) – “Vision, perception and GIS: some notes on the development of enriched approaches to the study of archaeological visibility”. In LOCK, G. R. (ed.), *Beyond the map: Archaeology and spatial technologies*. (NATO Science Series A: Life Sciences 312). Amsterdam: IOS Press, pp. 1-27

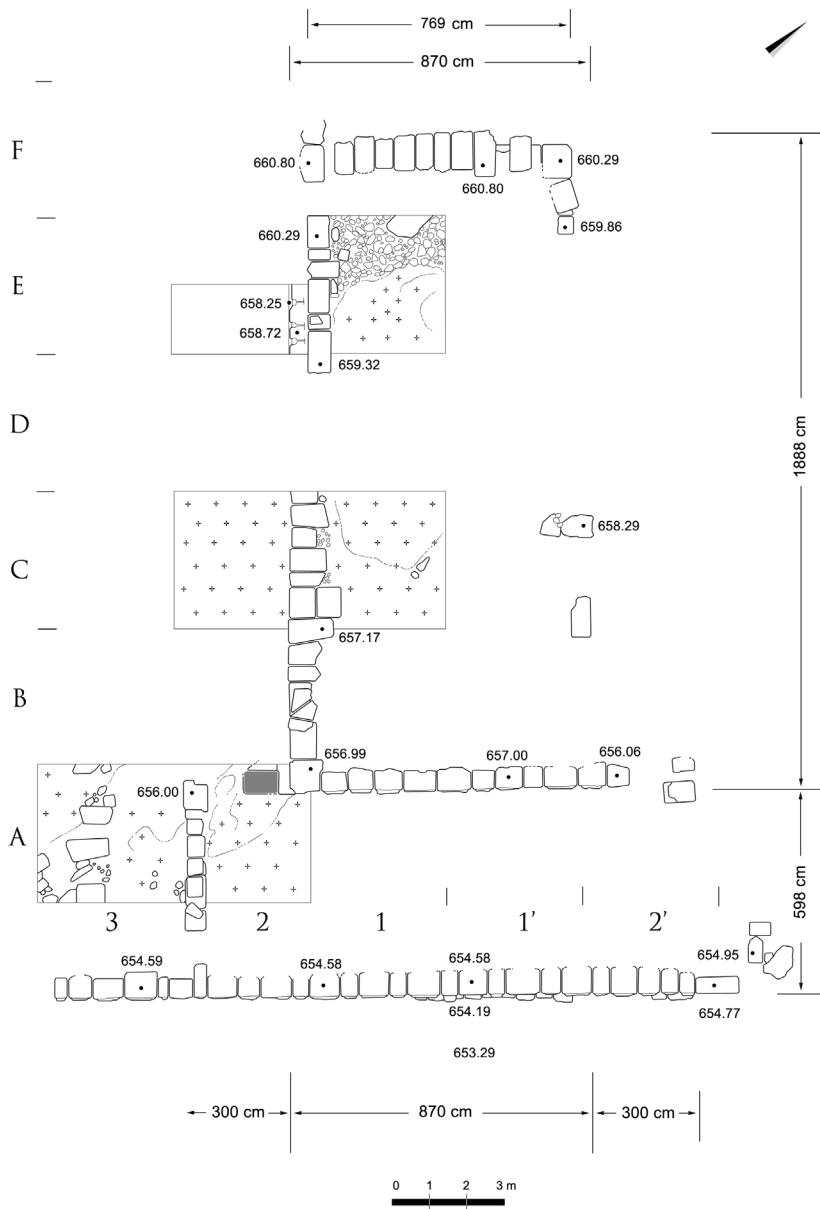


FIG. 1

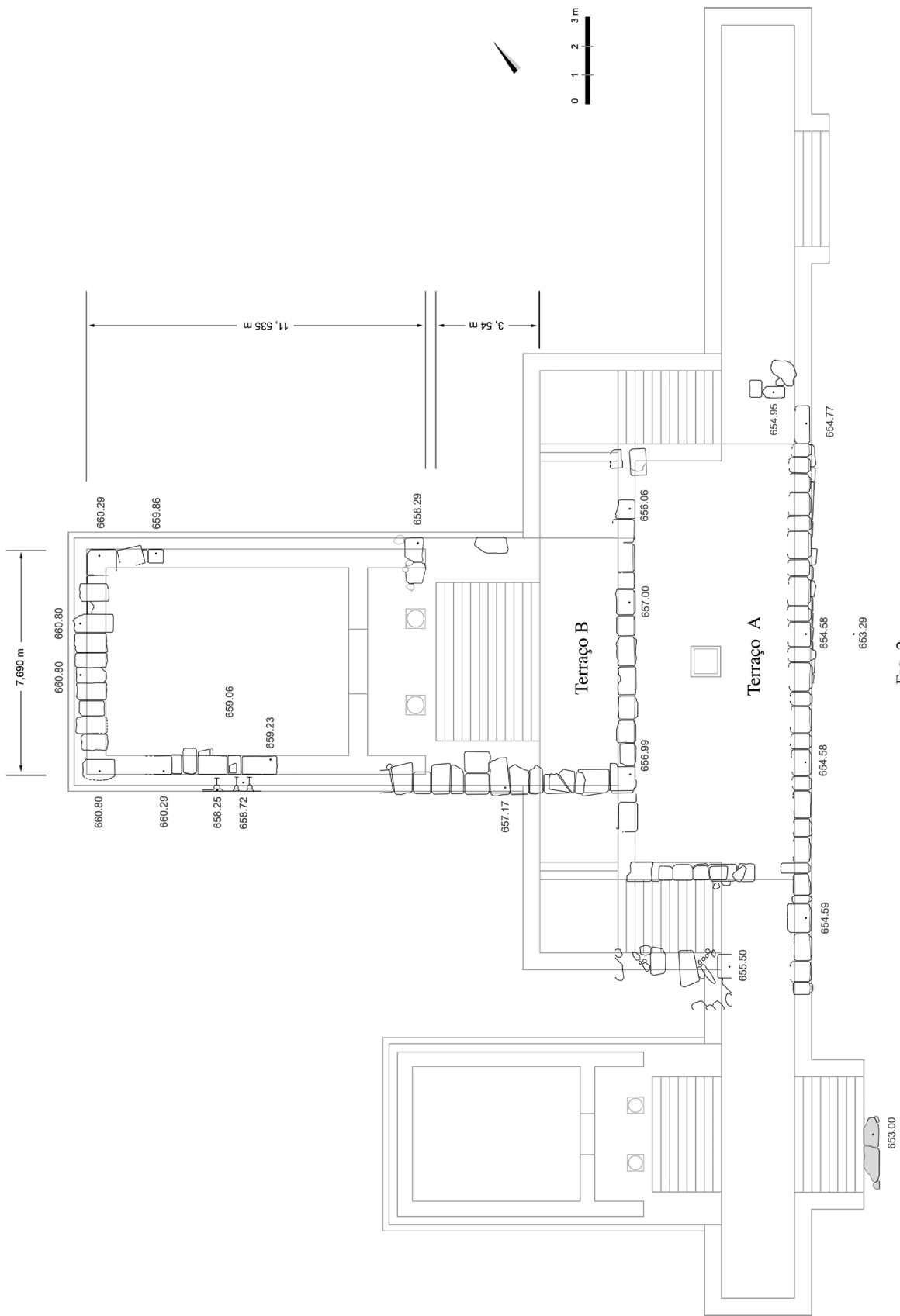


FIG. 2

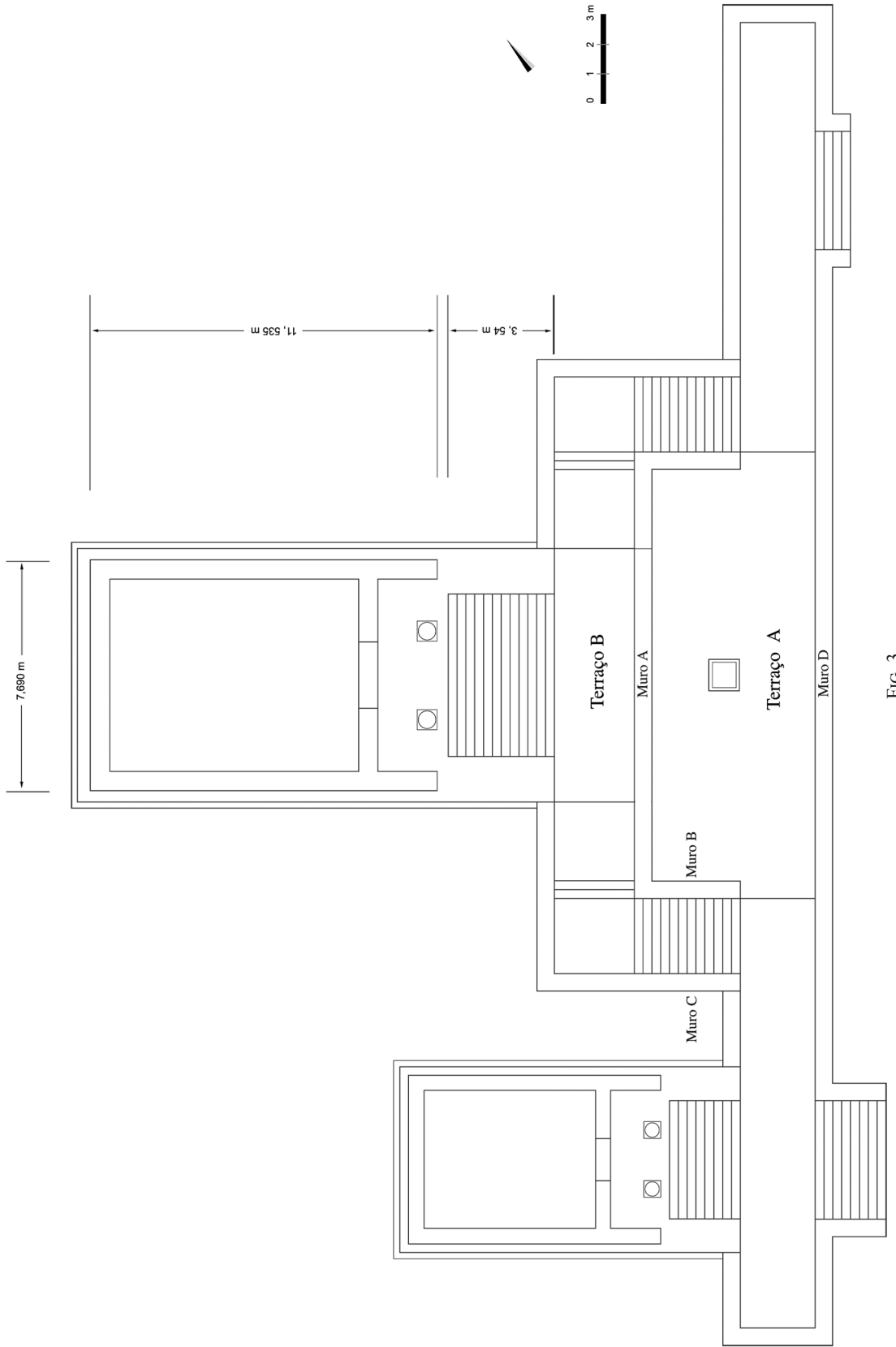


FIG. 3

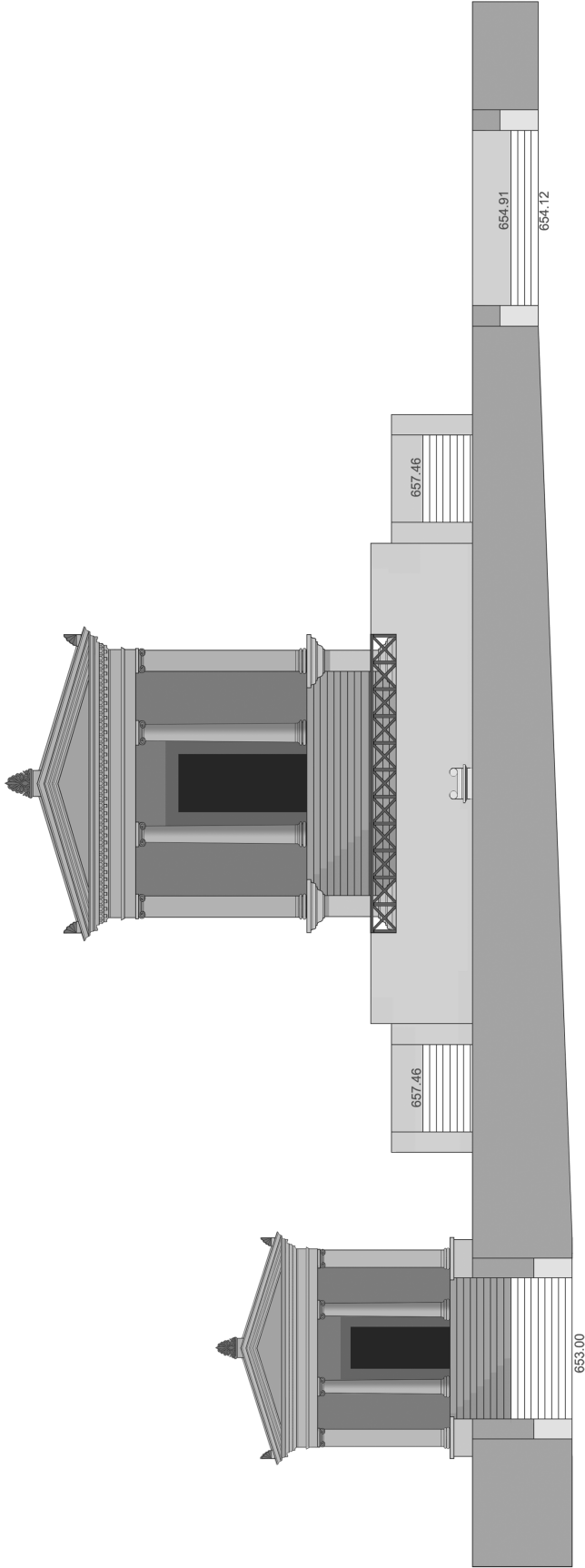


FIG. 4

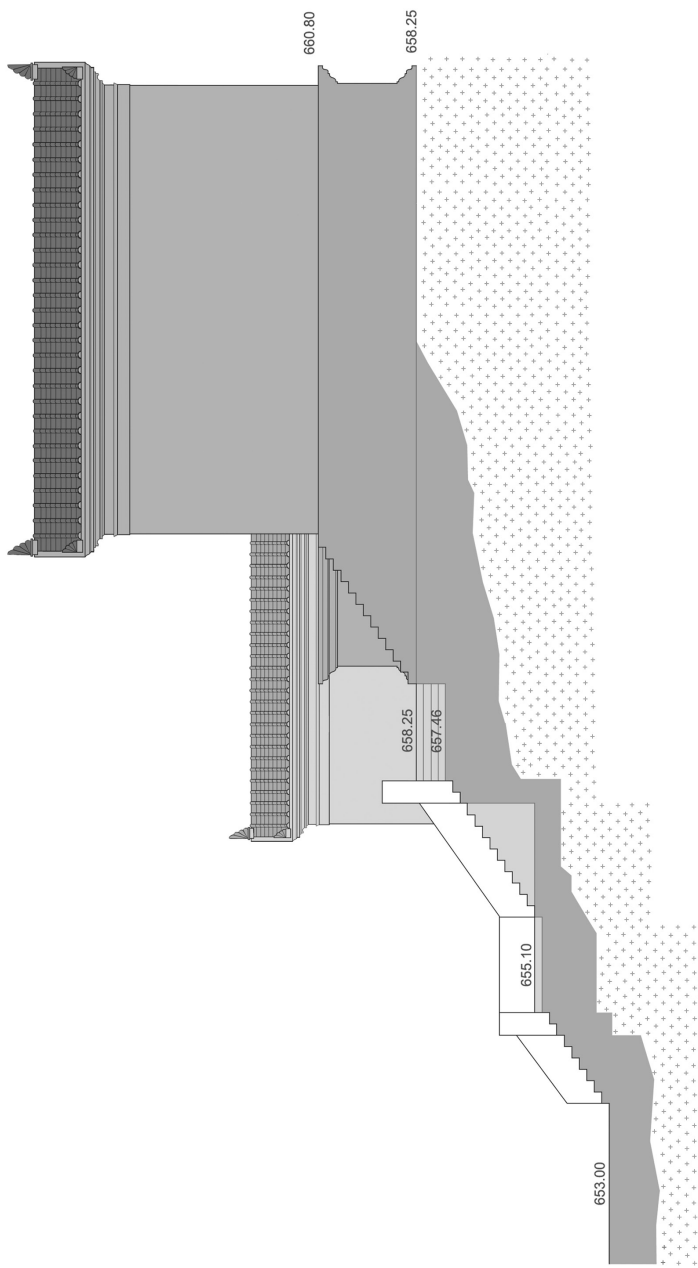
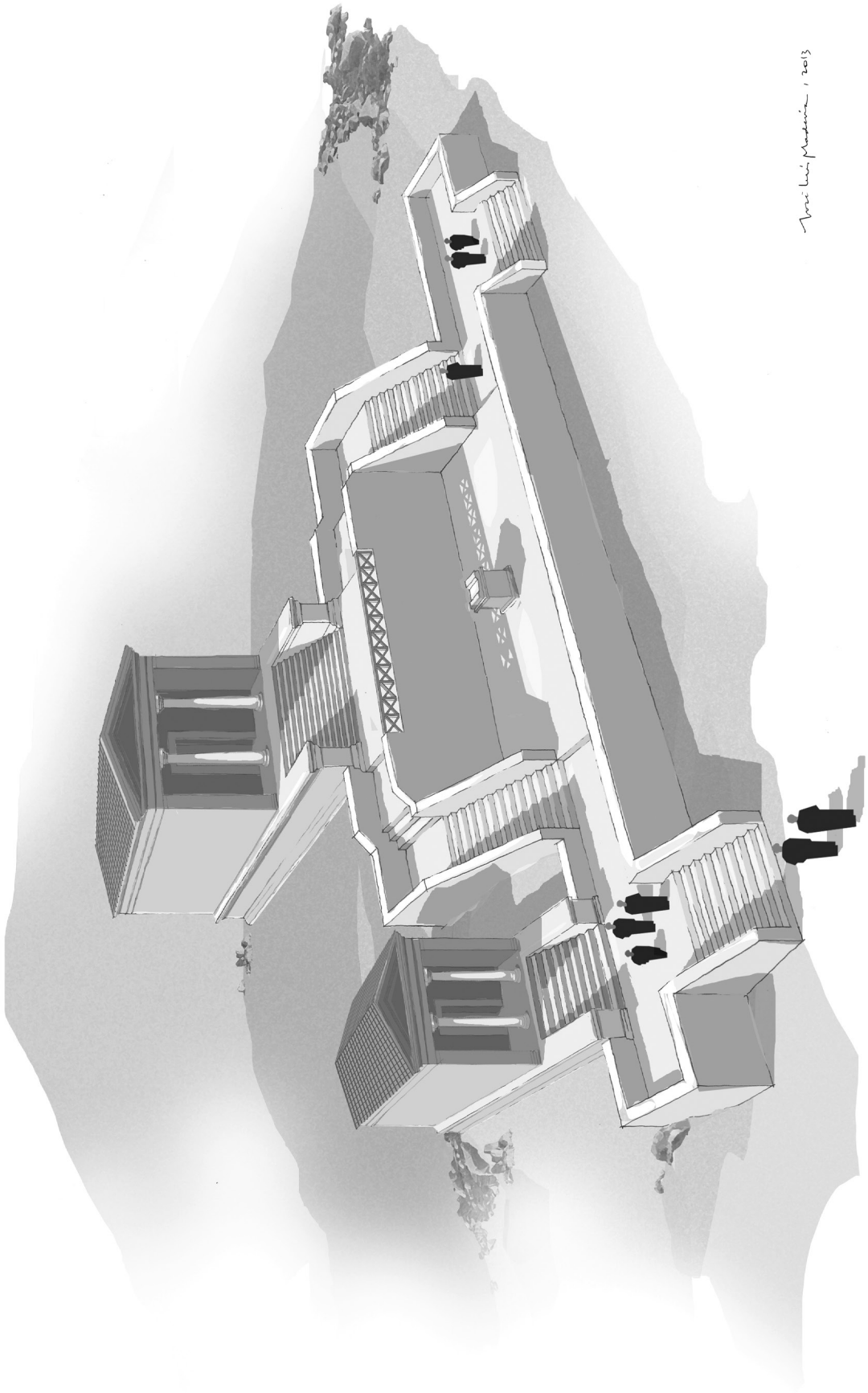


FIG. 5



Triclini Museum, 2013

FIG. 6

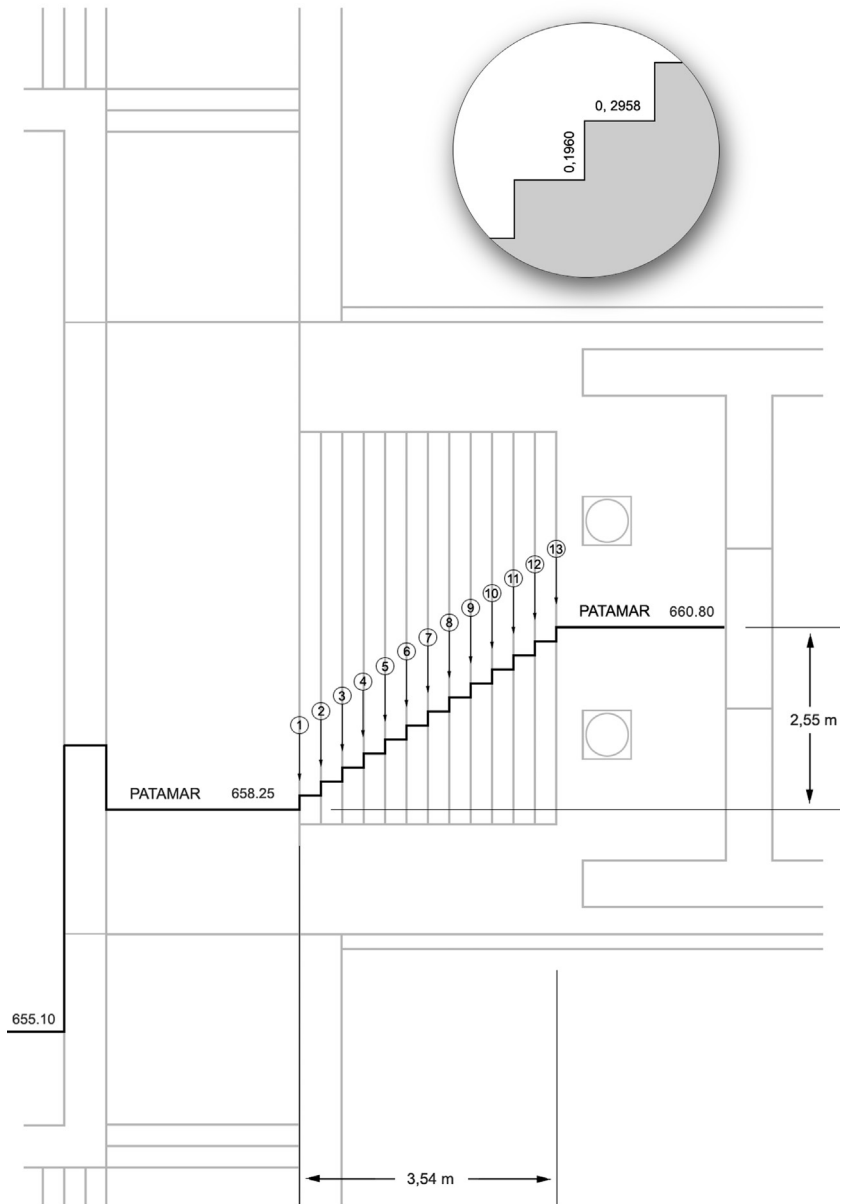
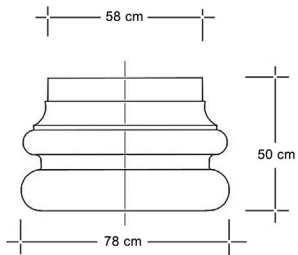
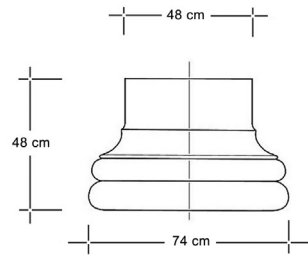
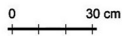


FIG. 7



Srª da Luz • Orjais



Museu • Covilhã

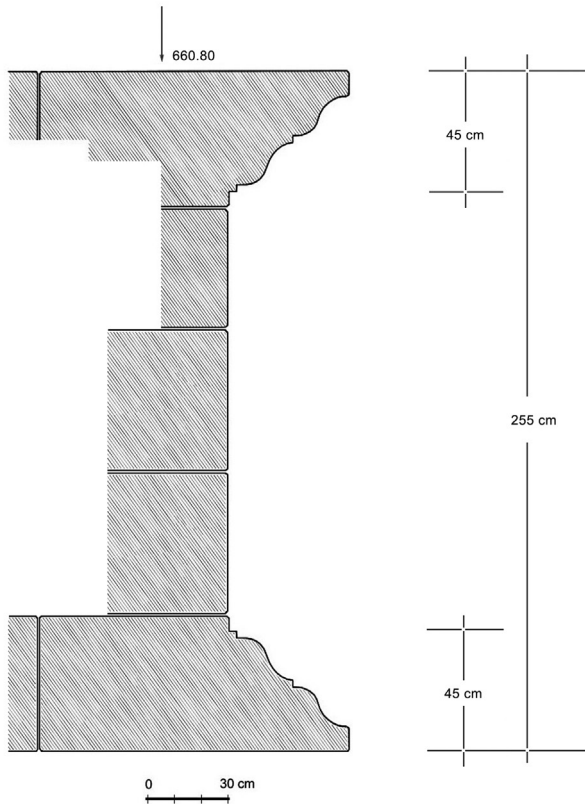
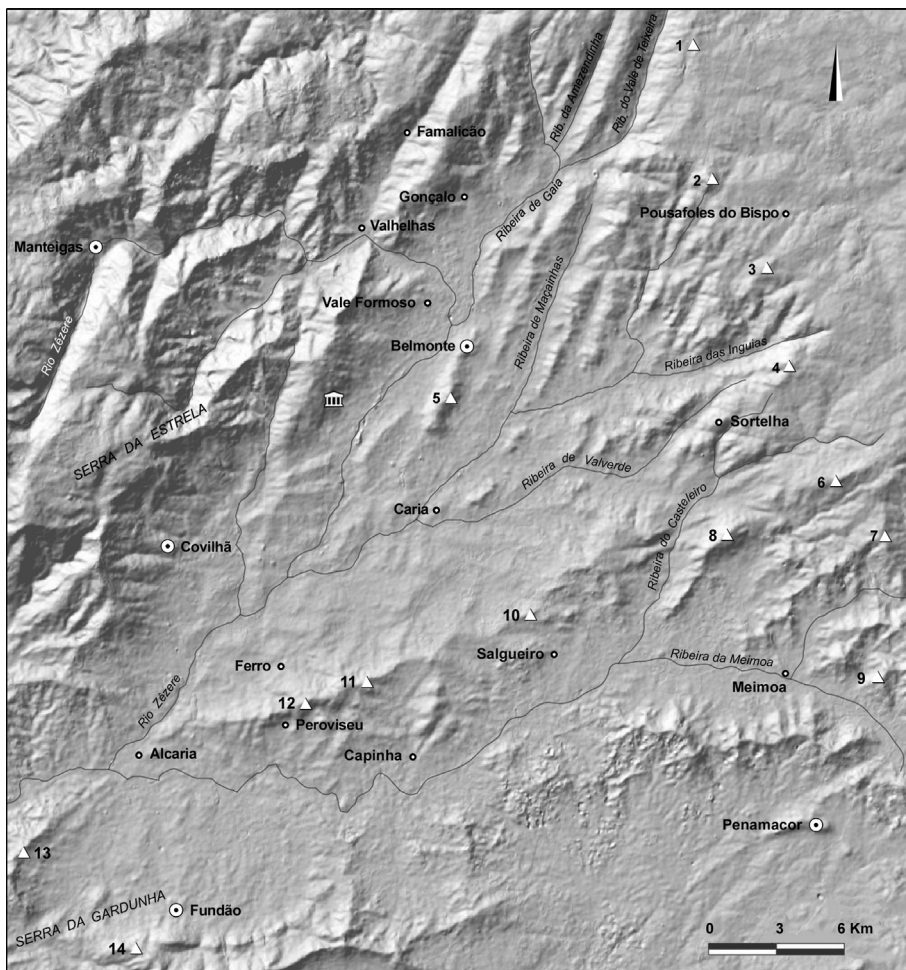






FIG. 8



FIG. 9



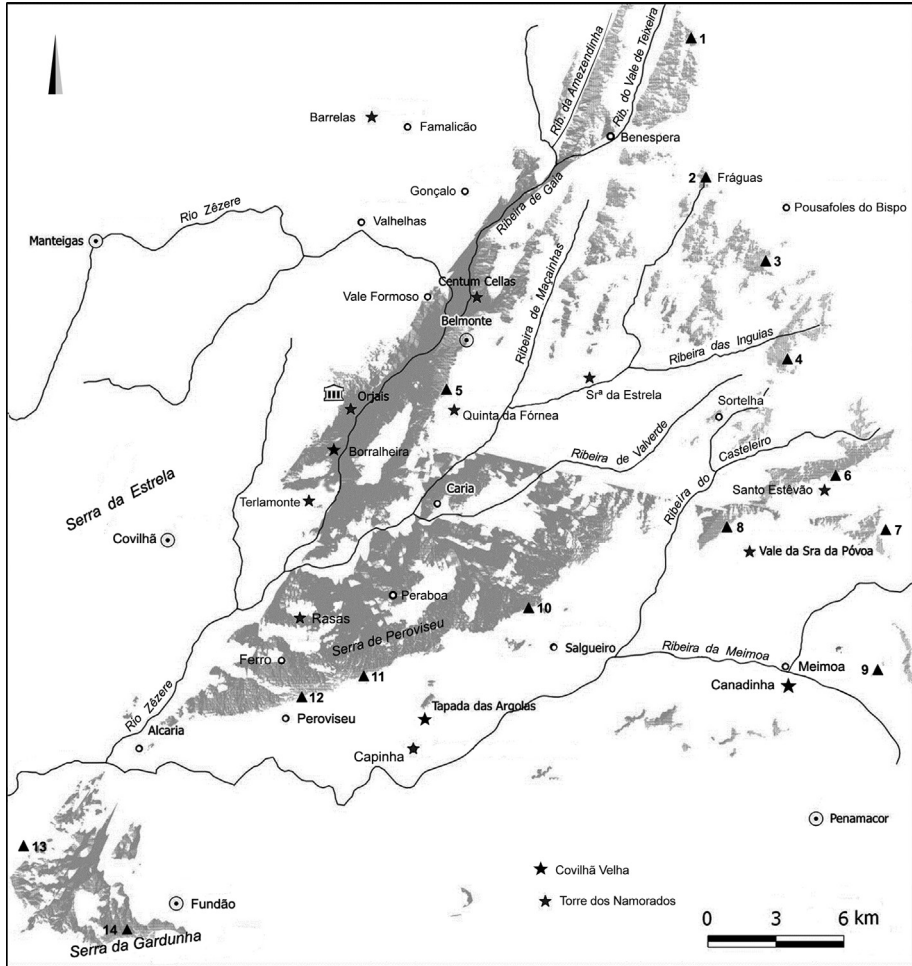
 **Templo de Orjais**
 **Principais linhas de água**




Localidades actuais
 **Concelho**
 **Freguesia**




Software QGIS 1.8 e GRASS 7.0
 Coord: ETRS89
 Altimetria: IGeoE.
 Hidrografia: Atlas do SNIRH.

1. Galinha - 956; 2. Fráguas - 1018; 3. Cabecinha - 931; 4. S. Cornélio - 1008; 5. Esperança - 721; 6. Mosteiros - 939; 7. Alizio - 927; 8. Serra de Opa - 847; 9. Cavalo Branco - 843; 10. Sesmarias - 647; 11. Pedra Aguda - 733; 12. Meal Redondo - 791; 13. Gomes - 810; 14. Picoto - 846

FIG. 10



-  Templo de Orjais
-  Principais linhas de água
-  Bacia de visão

- Localidades actuais**
-  Concelho
-  Freguesia
-  Sítios romanos

Software QGIS 1.8 e GRASS 7.0
 Coord: ETRS89
 Altimetria: IGeoE.
 Hidrografia: Atlas do SNIRH.

FIG. 11

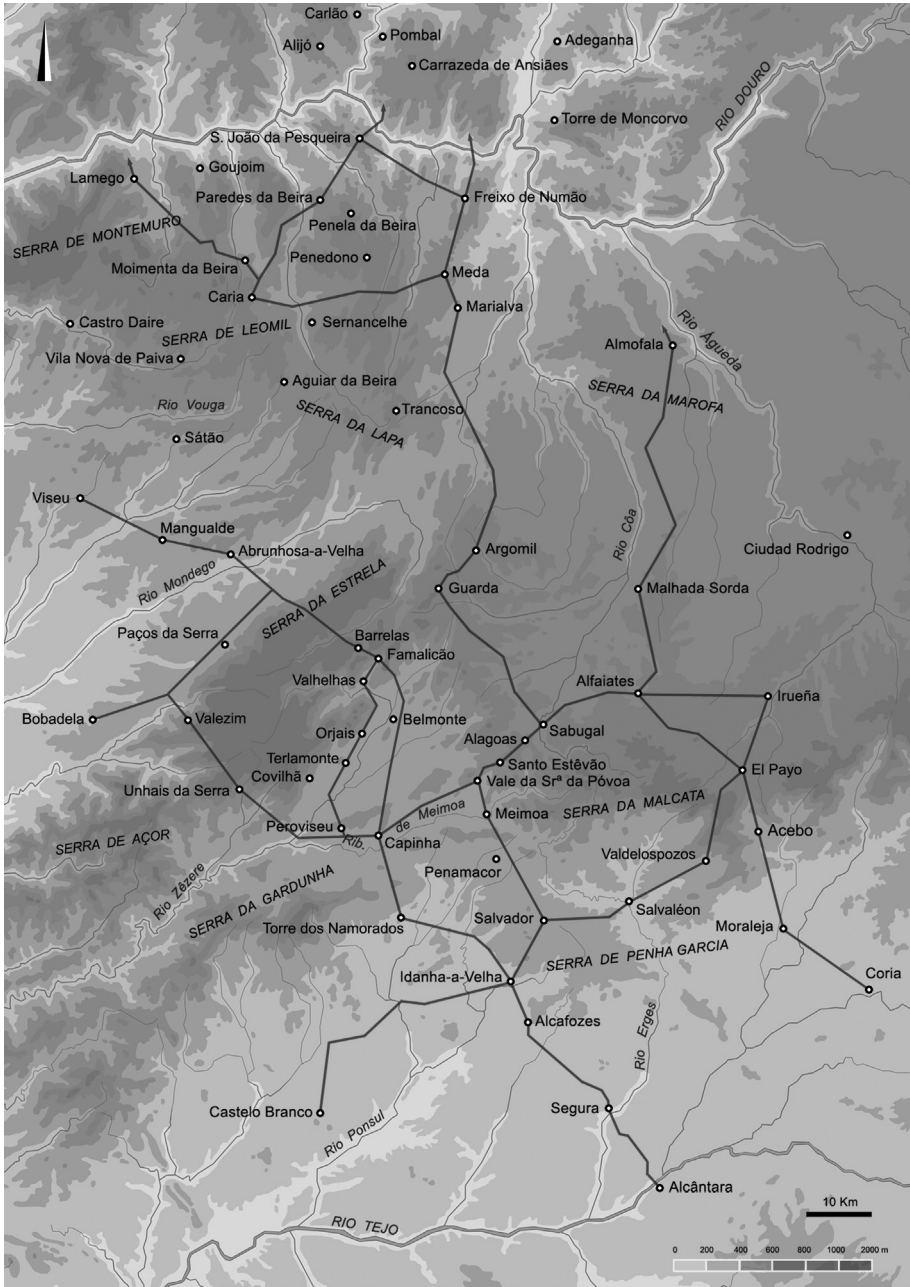


FIG. 12

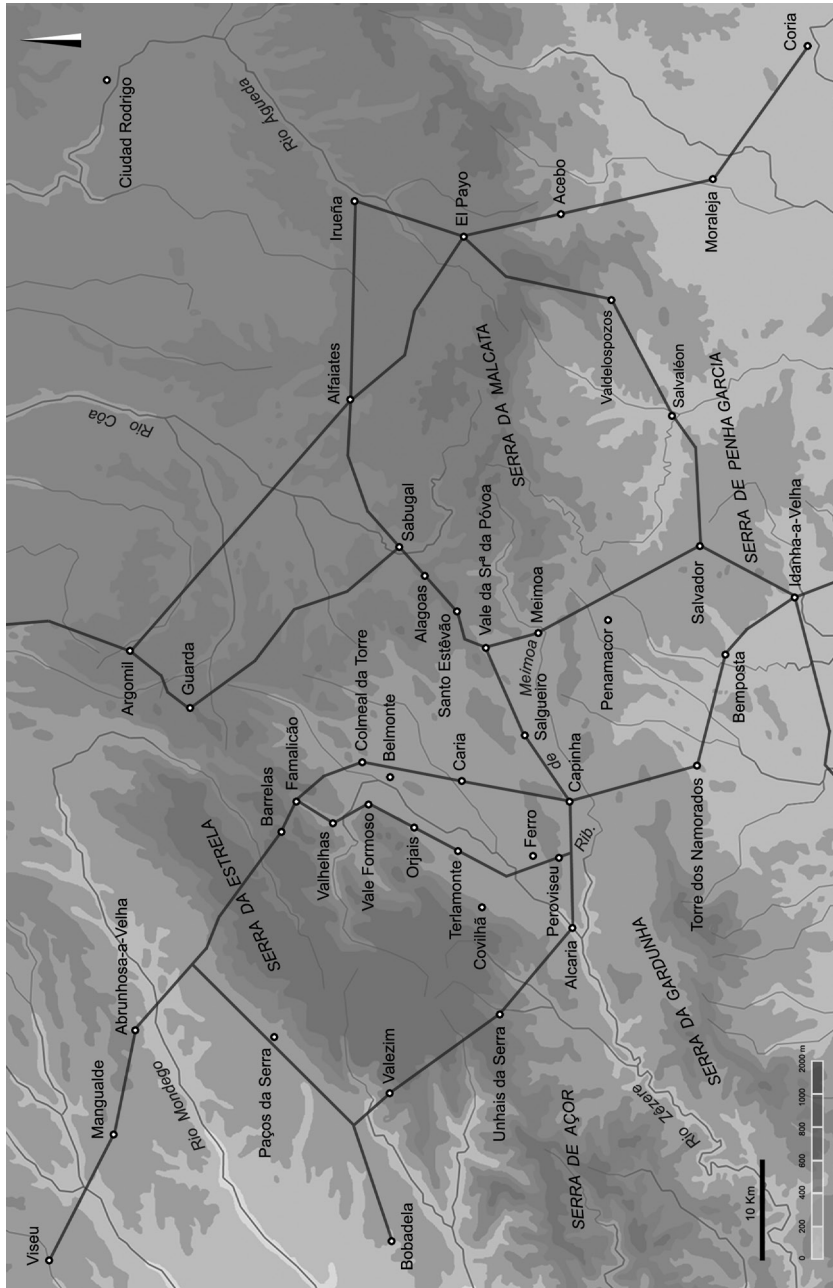


FIG. 13

Estas Letras estão no Arco do meo da Ponte.

IMP. CAESARI. DIVI. NERVAE. F. NERVAE. TRA
IANQ. AVG. GERM. DACICO. PONTIF. MAX. TRIB.
POTES. VIII. IMP. V. CONS. V. T. P.

Estas
Sobre stas

MUNICIPIA. PROVINCIÆ
LVSITANIÆ. STIPE. CONLATA
QVÆ. OPVS. PONTIS. FECER.
ICEDITANI. LANCIENS
ES. OPPIDANI. INTER
ANJENSES. COLARNI.
LANCIENSES. TRANSCV
DANI. ARABI.
MEDVBRICENSES.
ARTABRICENSES.
BANJENSES.
PESVRES.

nos Pilares.
Maos de metal.

FIG. 14

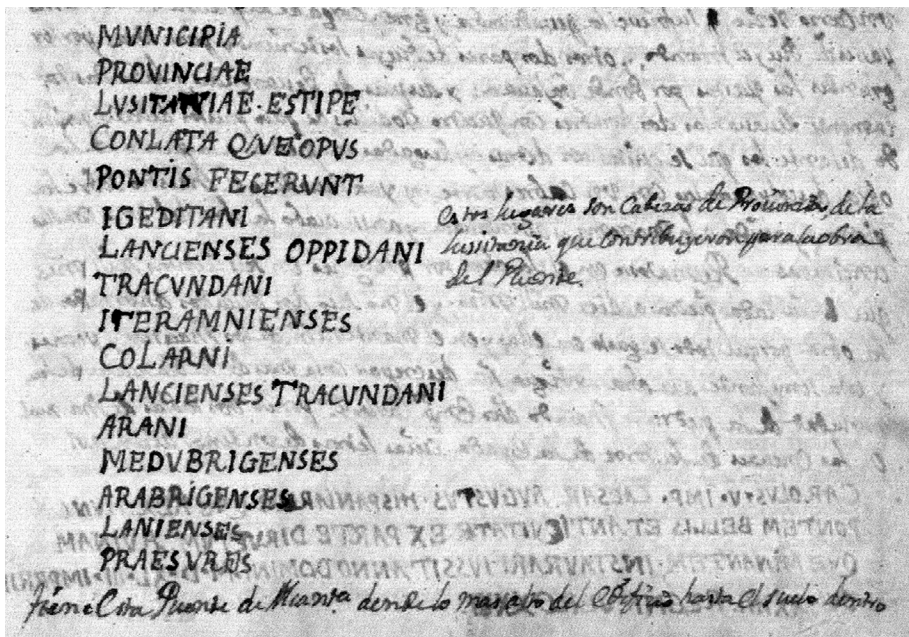


Fig. 15

APOIO

